



Diretoria de Pesquisas

DIRETORIA DE PESQUISAS

ESTRUTURA E ATRIBUIÇÕES

**RIO DE JANEIRO
2006**

Diretora de Pesquisas

Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretora Substituta de Pesquisas

Zélia Magalhães Bianchini

Comitê do Censo Demográfico

Alicia Bercovich

Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações - **CEEC**

Magdalena Cronemberger Góes

Gerência Técnica do Censo Agropecuário - **GTA**

Antonio Carlos Simões Florido

Gerência Técnica do Censo Demográfico - **GTD**

Marco Antônio dos Santos Alexandre

Gerência do Cadastro Central de Empresas - **GCC**

Ana Rosa Pais Ribeiro

Gerência de Disseminação de Informações - **GDI**

Francisco de Assis Corrêa Alchorne

Gerência de Planejamento e Orçamento - **GPO**

Taurino de Vasconcelos Millen

Coordenação de Agropecuária - **COAGRO**

Flavio Pinto Bolliger

Coordenação de Contas Nacionais - **CONAC**

Roberto Luis Olinto Ramos

Coordenação de Índices de Preços - **COINP**

Eulina Nunes dos Santos

Coordenação de Indústria - **COIND**

Silvio Sales de Oliveira Silva

Coordenação de Métodos e Qualidade - **COMEQ**

Sonia Albieri

Coordenação de População e Indicadores Sociais - **COPIS**

Luiz Antonio Pinto de Oliveira

Coordenação de Serviços e Comércio - **COSEC**

Vânia Maria Carelli Prata

Coordenação de Trabalho e Rendimento - **COREN**

Marcia Maria Melo Quintslr

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
ESTRUTURA E ATRIBUIÇÕES	7
Diretoria de Pesquisas – DPE	11
Comitê do Censo Demográfico	11
Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações – CEEC	11
Gerência Técnica do Censo Agropecuário – GTA	11
Gerência Técnica do Censo Demográfico – GTD	12
Gerência do Cadastro Central de Empresas – GCC	13
Gerência de Disseminação de Informações – GDI	13
Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO	13
Coordenação de Agropecuária – COAGRO	14
Coordenação de Contas Nacionais – CONAC	15
Coordenação de Índices de Preços – COINP	16
Coordenação de Indústria – COIND	17
Coordenação de Métodos e Qualidade – COMEQ	18
Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS	19
Coordenação de Serviços e Comércio – COSEC	20
Coordenação de Trabalho e Rendimento – COREN	21
DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PESQUISAS	23
Gerência Técnica do Censo Agropecuário – GTA	25
Gerência Técnica do Censo Demográfico – GTD	26
Gerência do Cadastro Central de Empresas – GCC	28
Coordenação de Agropecuária – COAGRO	29
Coordenação de Contas Nacionais – CONAC	36
Coordenação de Índices de Preços – COINP	45
Coordenação de Indústria – COIND	59
Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS	67
Coordenação de Serviços e Comércio – COSEC	82
Coordenação de Trabalho e Rendimento – COREN	90

APRESENTAÇÃO

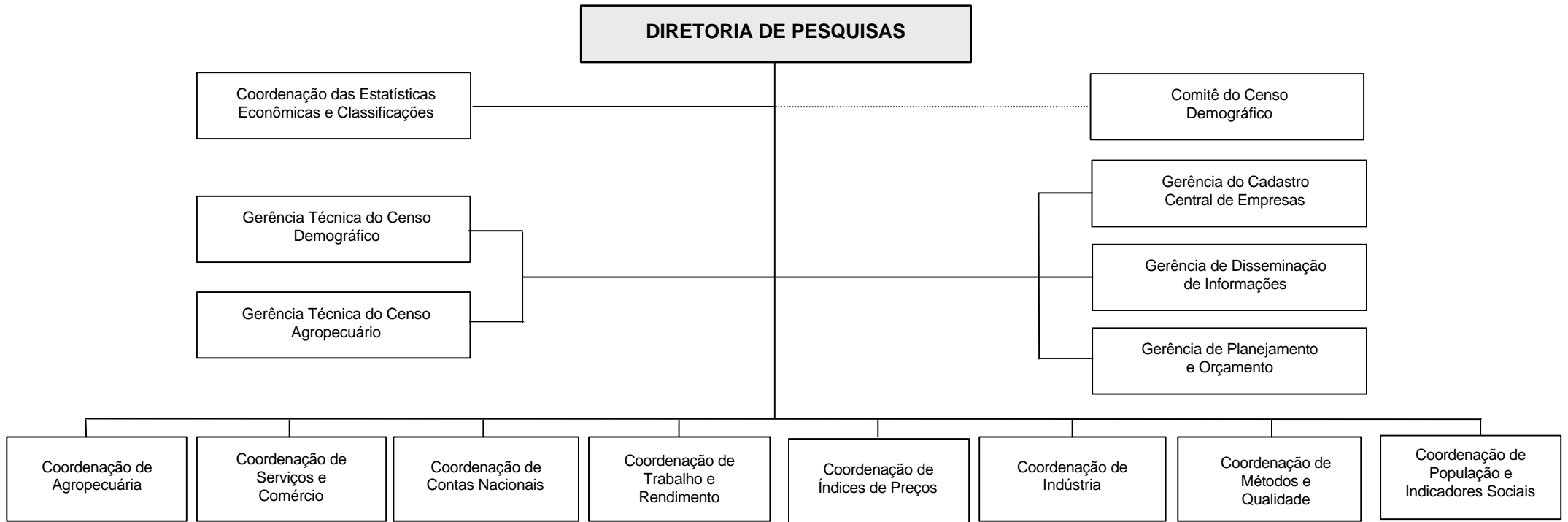
O volume Diretoria de Pesquisas: Estrutura e Atribuições, que passa a ser editado anualmente, é um documento de referência que apresenta, em sua primeira parte, a estrutura organizacional da Diretoria, com a definição das atribuições de suas diversas unidades, e, na segunda parte, uma síntese dos principais estudos e pesquisas de responsabilidade de cada área técnica, a partir de um mesmo quadro onde são destacadas as características mais importantes na seguinte ordem: objetivo; metodologia; principais variáveis investigadas; data de início; e data de referência / data de divulgação.

Desta forma, o presente volume proporciona uma visão geral e atualizada da Diretoria de Pesquisas, tanto do ponto de vista de sua constituição como de sua produção de informações nas várias áreas temáticas que abrange, contribuindo para a divulgação do conhecimento sobre o IBGE no que se relaciona à sua área de estatística.

Wasmália Bivar

Diretora de Pesquisas

ESTRUTURA E ATRIBUIÇÕES



DIRETORIA DE PESQUISAS – DPE

À Diretoria de Pesquisas compete planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, econômica, social, ambiental e administrativa do País; e executar as ações que couberem à Fundação IBGE no âmbito da coordenação do Sistema Estatístico Nacional, assim como em relação aos convênios de cooperação em matéria estatística.

COMITÊ DO CENSO DEMOGRÁFICO

Ao Comitê do Censo Demográfico compete a participação na definição das diretrizes para o encaminhamento das questões técnicas relacionadas ao Censo Demográfico. Tem sob sua responsabilidade o projeto Censo Comum do Mercosul, Bolívia e Chile, Estatísticas sobre as Pessoas Portadoras de Deficiência, e algumas atividades relacionadas com os projetos Censo Demográfico e Estudo de Modalidades Alternativas de Censo Demográfico. Compete ao Comitê, também, participar de grupos de trabalho criados em âmbito internacional que tratam sobre o Censo de População.

COORDENAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS E CLASSIFICAÇÕES - CEEC

À Coordenação compete:

- coordenar o programa das pesquisas da área econômica em execução pela Coordenação de Indústria, pela Coordenação de Serviços e Comércio e pela Gerência do Cadastro Central de Empresas, promovendo a devida articulação com a Coordenação de Contas Nacionais.

- definir, revisar e monitorar as classificações econômicas para usuários internos e externos, inclusive o treinamento e a difusão destas classificações.

- funcionar como Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Classificação - CONCLA, dentro das incumbências definidas no Decreto 3.500, de 9 de junho de 2000, e no Regimento Interno da Comissão

- coordenar as atividades relativas às estatísticas de meio ambiente na Diretoria de Pesquisas.

GERÊNCIA TÉCNICA DO CENSO AGROPECUÁRIO - GTA

Compete à Gerência Técnica do Censo Agropecuário:

- planejar e definir, juntamente com os órgãos setoriais do IBGE, a operação censitária, definindo âmbito, cobertura, instrumentos de coleta, treinamento, tabulação e disseminação de dados;
- participar das etapas de treinamento, coleta e apuração, realizando supervisão técnica nas Unidades Estaduais, quando necessário;
- definir as etapas e processos de crítica, imputação, tabulação e disseminação dos dados;

- acompanhar o desenvolvimento dos sistemas de crítica, imputação, tabulação e disseminação dos dados, elaborando os testes necessários para liberar os sistemas para produção;
- liberar os dados preliminares e definitivos para a base de dados;
- prestar assistência técnica a órgãos nacionais e internacionais;
- atender usuários internos e externos quando solicitado, com tabulações especiais, fornecimento de arquivo de dados ou elaboração de cadastros específicos;
- elaborar relatórios técnico-metodológicos sobre as atividades desenvolvidas no Censo Agropecuário; e
- atender a outros encargos que lhe forem determinados.

GERÊNCIA TÉCNICA DO CENSO DEMOGRÁFICO - GTD

À Gerência Técnica do Censo Demográfico, em articulação com o Comitê do Censo Demográfico compete acompanhar, coordenar e controlar todo o processo de planejamento, coleta, apuração e de definição do plano tabular de disseminação do Censo Demográfico e da Contagem da População, implementando as decisões tomadas no âmbito da Comissão de Planejamento e Organização (CPO) e da Comissão Consultiva, destacando-se as seguintes atribuições principais:

- Desenvolver o planejamento do Censo Demográfico e da Contagem da População, orientando os trabalhos nas etapas de treinamento, controle e acompanhamento da coleta, de apuração, de análise e de liberação dos resultados.
- Elaborar os manuais de instrução para Recenseadores, Supervisores, Coordenadores, além dos manuais das operações de crítica e codificação e da Pesquisa de Avaliação.
- Estabelecer planos de supervisão e acompanhamento da coleta para execução por técnicos da DPE e pelas equipes de campo.
- Acompanhar e controlar as etapas de coleta, de recepção, de empastamento e de arquivamento do material.
- Manter atualizados os arquivos necessários ao processo de crítica e codificação.
- Elaborar, implantar, controlar e avaliar a execução dos planos de crítica e correção automática.
- Elaborar o plano tabular e a seleção de variáveis de apuração.
- Desenvolver a programação do plano tabular de divulgação dos resultados do Censo Demográfico e da Contagem da População, com vistas à etapa de conferência.
- Definir o plano de análise de consistência e avaliar o resultado do Censo e da Contagem da População.
- Analisar os resultados obtidos a partir da expansão da amostra, quando couber.
- Implantar e acompanhar o desenvolvimento da coleta da pesquisa de avaliação.
- Apurar, analisar os resultados e calcular os índices de cobertura da Pesquisa de Avaliação.
- Elaborar relatórios técnicos-metodológicos sobre as atividades desenvolvidas no Censo Demográfico e na Contagem da População.

GERÊNCIA DO CADASTRO CENTRAL DE EMPRESAS - GCC

A Gerência do Cadastro Central de Empresas é responsável pela gestão do Cadastro Central de Empresas, o qual atua como infra-estrutura do processo de produção de estatísticas.

As principais atividades desenvolvidas pela GCC são:

- Manutenção e aperfeiçoamento do Cadastro Central de Empresas, utilizando dados de fontes internas - pesquisas do IBGE, e de fontes externas - Registros Administrativos e Cadastros de Entidades.
- Geração de cadastros básicos para pesquisas do IBGE e de outras entidades.
- Publicação das *Estatísticas do Cadastro Central de Empresas*, contendo informações sobre a estrutura empresarial brasileira com dados do número de empresas e unidades locais por atividade econômica, porte e localização geográfica.
- Atendimento à solicitações de cadastros e tabulações para usuários, mediante avaliação dos pedidos.

GERÊNCIA DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES - GDI

À Gerência de Disseminação de Informações compete promover a articulação entre o processo de produção de informações da Diretoria de Pesquisas e o de disseminação e divulgação de informações do IBGE, realizado pelo Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI e pela Coordenação de Comunicação Social – CCS. Tem a responsabilidade de coordenar, junto às diversas Coordenações setoriais e temáticas, os produtos que irão compor a parte do Programa Editorial e Gráfico do IBGE, de responsabilidade da Diretoria de Pesquisas. A GDI tem, ainda, como responsabilidade, coordenar, junto àquelas Coordenações, a alimentação dos sistemas "on line" de divulgação de resultados, bem como articular, com a Coordenação de Comunicação Social – CCS, o lançamento de novos produtos e resultados e o atendimento à Imprensa. Além disto, é também tarefa da GDI coordenar a produção de documentos técnicos (metodologias, análises de resultados, reflexões sobre o processo de produção de informações etc.) da Diretoria, bem como ser o canal de articulação da DPE junto ao CDDI, com vistas à produção de material de treinamento e instrumentos de coleta para as pesquisas. Compete, ainda, à GDI o gerenciamento da Intranet da DPE.

GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - GPO

Compete à Gerência de Planejamento e Orçamento a administração dos recursos da Diretoria de Pesquisas, objetivando o atendimento das despesas com o custeio das atividades das unidades de planejamento da DPE e das 27 Unidades Estaduais, previstas no programa de trabalho anual, cadastrado no Plano Plurianual - PPA.

Esses recursos têm origem não somente no Orçamento Público como também nas parcerias com instituições governamentais e organismos internacionais firmados pelo IBGE.

Compete, também, a organização de todos os instrumentos de planejamento vigentes, tais como: Planos Plurianual e de Trabalho Operacional, promovendo a articulação com todas as unidades de planejamento desta Diretoria.

As atividades da GPO são organizadas em três áreas: planejamento, orçamento e treinamento.

COORDENAÇÃO DE AGROPECUÁRIA - COAGRO

À Coordenação de Agropecuária compete planejar, orientar e executar estudos, análises e pesquisas estatísticas conjunturais, estruturais e especiais, bem como participar de estudos e pesquisas censitárias, necessárias à caracterização e acompanhamento dos principais aspectos da situação econômica da agropecuária no País e realizar a coordenação e supervisão técnica nacional do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias – GCEA.

PESQUISAS DA COORDENAÇÃO DE AGROPECUÁRIA

1. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)
2. Pesquisa Trimestral do Abate de Animais (ABATE)
3. Pesquisa Trimestral do Leite (LEITE)
4. Pesquisa Trimestral do Couro (COURO)
5. Pesquisa da Produção de Ovos de Galinha (POG)
6. Pesquisa de Estoques (ESTOQUES)
7. Produção Agrícola Municipal (PAM)
8. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS)
9. Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM)

COORDENAÇÃO DE CONTAS NACIONAIS - CONAC

À Coordenação de Contas Nacionais compete planejar, coordenar e executar as atividades referentes à elaboração dos Sistemas de Contas Nacionais Anuais e Trimestrais do País. É responsável ainda pela elaboração de Matrizes de Insumo-Produto; pela coordenação das Contas Regionais e do cálculo do PIB Municipal, ambos elaborados pelos Estados; pela produção de uma pesquisa sobre a Administração Pública, e por elaborar estudos visando à construção das Contas Satélites de Turismo e Saúde.

PRODUTOS DA COORDENAÇÃO DE CONTAS NACIONAIS – CONAC

1 - SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS

- 1.1 - Contas Econômicas Integradas
- 1.2 - Tabelas de Recursos e Usos
- 1.3 - Matriz de Insumo-Produto
- 1.4 - Contas Regionais do Brasil
- 1.5 - Contas Nacionais Trimestrais
- 1.6 – Produto Interno Bruto dos Municípios
- 1.7 – Nova Base das Contas Nacionais

2 - ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

- 2.1 - Finanças Públicas do Brasil
- 2.2 - Despesas Públicas por Funções

COORDENAÇÃO DE ÍNDICES DE PREÇOS – COINP

À Coordenação de Índices de Preços compete planejar, orientar, coordenar, controlar e executar os levantamentos e estatísticas primárias concernentes a preços ao consumidor e da construção civil e elaborar os respectivos índices de preços e custos, bem como inquéritos necessários à atualização de suas bases e estudos visando ao aprimoramento metodológico continuado e à validação e análise de resultados.

PESQUISAS E PROJETOS DA COORDENAÇÃO DE ÍNDICES DE PREÇOS

1. Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC)
2. Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI)
3. Revisão e Ampliação da Abrangência do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (REVSNIIPC)
4. Programa de Comparações Internacionais (PCI)
5. Índice de Preços ao Consumidor Harmonizado - Mercosul e Chile (IPCH)

COORDENAÇÃO DE INDÚSTRIA - COIND

A Coordenação de Indústria é responsável pelo Subsistema de Estatísticas Industriais do Sistema Estatístico Nacional, estando a seu cargo a concepção e realização de cinco pesquisas contínuas, que compõem o núcleo central do subsistema, e de pesquisas satélites, que visam a atender demandas específicas. . A COIND vem desenvolvendo projeto para a implantação de um Índice de Preços ao Produtor para a Indústria de Transformação

Na definição do núcleo central de pesquisas, assim como das suas características metodológicas, estão contempladas as recomendações internacionais e as necessidades de informações do Sistema de Contas Nacionais.

PESQUISAS E PROJETOS DA COORDENAÇÃO DE INDÚSTRIA

1. Pesquisa Industrial Anual (PIA)
 - 1.1. PIA - Empresa
 - 1.2. PIA - Produto
2. Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC)
3. Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF)
4. Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES)
5. Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC)
6. Índice de Preços ao Produtor - IPP

COORDENAÇÃO DE MÉTODOS E QUALIDADE - COMEQ

À Coordenação de Métodos e Qualidade compete:

- pesquisar, desenvolver, absorver, difundir e implementar metodologias estatísticas e computacionais aplicadas à produção e análise de informações;
- prestar apoio metodológico às unidades da DPE em relação a questões de metodologia estatística e computacional;
- atuar junto à DPE na articulação de seus diversos órgãos para definir normas, procedimentos operacionais, rotinas, métodos e sistemas comuns na busca da eficiência e melhoria de qualidade; e
- contribuir para a formação e aperfeiçoamento técnico dos recursos humanos.

COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS – COPIS

À Coordenação de População e Indicadores Sociais compete:

- planejar, orientar e elaborar estudos, pesquisas estatísticas contínuas, especiais, satélites e censitárias e indicadores sociais e demográficos necessários à caracterização de aspectos da situação sócio-demográfica do País;
- acompanhar, avaliar e sistematizar a produção de registros administrativos e estatísticas sociais e demográficas no âmbito do Sistema Estatístico Nacional com vistas à construção e atualização do sistema de informações sociais e demográficas, visando a adequá-lo às demandas da sociedade, às recomendações internacionais; e
- desenvolver e articular informações e indicadores sócio-demográficos para o planejamento, avaliação e monitoramento das políticas públicas.

PRINCIPAIS PESQUISAS E PROJETOS DA COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS

1. Sistema de Indicadores Sócio-Demográficos
2. Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária - AMS
3. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB
4. Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC
5. Pesquisa Sindical
6. Componentes da Dinâmica Demográfica – Sistema de Estimativas e Projeções Populacionais
7. Análises Estruturais e Espaciais da População
8. Estimativas de População Municipais
9. Estatísticas do Registro Civil
 - 9.1 Estatísticas Vitais e Casamentos
 - 9.2 Estatísticas sobre as Separações Judiciais e Divórcios
10. Tendências Demográficas Recentes da População
11. Tábua Completa de Mortalidade do Brasil
12. Sistema de Informações e Indicadores Culturais

COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO - COSEC

A Coordenação de Serviços e Comércio é responsável pelo Subsistema de Estatísticas Comerciais e de Serviços do Sistema Estatístico Nacional, o qual compete planejar, orientar e executar estudos, análises e pesquisas estatísticas conjunturais e estruturais, necessárias à caracterização de aspectos da situação econômica do comércio e dos serviços no País.

PRINCIPAIS PESQUISAS DA COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO

1. Pesquisa Anual de Comércio (PAC)
2. Pesquisa Anual de Serviços (PAS)
3. Pesquisa Anual de Serviços – suplemento Produtos e Serviços (PAS – Produtos e Serviços)
4. Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)

COORDENAÇÃO DE TRABALHO E RENDIMENTO - COREN

A Coordenação de Trabalho e Rendimento é responsável pelo planejamento, orientação e execução e análise dos resultados obtidos a partir do sistema de pesquisas domiciliares por amostragem de caráter socioeconômico e demográfico, que contempla a investigação regular dos temas educação, habitação, mercado de trabalho, migração e orçamentos familiares e a investigação, com periodicidade variável, de temas suplementares para a construção de sistema integrado de informações sobre condições de vida da população.

PESQUISAS E PROJETOS DA COORDENAÇÃO DE TRABALHO E RENDIMENTO

1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)
2. Pesquisa Mensal de Emprego (PME)
3. Economia Informal Urbana (ECINF)
4. Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)
5. Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD)

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PESQUISAS

GERÊNCIA TÉCNICA DO CENSO AGROPECUÁRIO - GTA

1. CENSO AGROPECUÁRIO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Pesquisa que se constitui na principal e mais completa investigação da estrutura e da produção do setor primário, e de sua inserção e relacionamento com os demais setores da economia. Fornece informações sobre todos os estabelecimentos agropecuários existentes no País.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

Características gerais dos estabelecimentos, onde são levantados os dados das seguintes atividades:

- agricultura, pecuária, avicultura, apicultura, sericicultura, horticultura, floricultura, cunicultura, aqüicultura, ricultura, silvicultura, extração vegetal, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários e indicadores ambientais

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Todo o Território Nacional, com dados disponíveis para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões Geográficas, Municípios, e áreas especiais de divulgação. Dados agregados por Distritos e Setores são atendidos via tabulação especial. Microdados somente são fornecidos a partir de dados derivados sem identificação.

PERIODICIDADE

Quinqüenal, embora desde 1985 tenha sido realizado decenalmente.

METODOLOGIA

Obtenção de informações para o universo de estabelecimentos agropecuários existentes no País na data de referência da pesquisa, mediante preenchimento de um questionário.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

O primeiro Censo Agropecuário data de 1920. O censo de 1930 foi cancelado por motivo de ordem política e institucional. A partir de 1940 os censos foram decenais até 1970. Depois, foram realizados a cada - cinco anos, ou seja, 1975, 1980 e 1985 (embora desde 85 tenha sido realizado decenalmente). Em 1990 não foi possível a realização do Censo Agropecuário. Somente em 1996 foi realizado o último tendo como base o período de 01/08/1995 a 31/07/1996 e como datas de referência os dias 31/12/1995 e 31/07/1996.

GERÊNCIA TÉCNICA DO CENSO DEMOGRÁFICO – GTD

1. CENSO DEMOGRÁFICO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

A palavra censo vem do latim "census" e quer dizer "conjunto dos dados estatísticos dos habitantes de uma cidade, província, estado, nação". O Censo Demográfico, realizado no Brasil pelo IBGE, constituiu-se na única pesquisa de caráter domiciliar realizada simultaneamente em todos os municípios e domicílios do país, abrangendo toda a população e investigando diversos aspectos relacionados à habitação e características socioeconômicas e demográficas da população residente no território nacional.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

As principais variáveis investigadas podem ser estruturadas em dois grandes grupos: o primeiro, de caráter universal, ou seja, abrangendo todos os domicílios e população, envolve a espécie do domicílio, tipo e condição de ocupação do domicílio e do terreno, além de variáveis sobre saneamento básico. Para as pessoas, as variáveis investigadas contemplam os temas de características gerais (sexo, idade e relação com a pessoa responsável pelo domicílio) e educação (alfabetização). Para as pessoas responsáveis pelo domicílio investiga-se, também, o grau de instrução e o rendimento mensal. O segundo grupo, investigado por amostra com representatividade para todos os municípios, contempla com diferentes níveis de profundidade os seguintes temas: características da habitação, características gerais da população, cor ou raça, religião, deficiência, educação, migração, nupcialidade, fecundidade, trabalho, rendimento e composição da família.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Abrangendo todo o território nacional, os dados estão disponíveis para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Meso e Microrregiões Geográficas, Municípios e áreas de ponderação. Os microdados estão disponíveis, devidamente desidentificados, para domicílios e pessoas (amostra) e na forma de agregados de setores (universo).

PERIODICIDADE

Desde 1940, o Censo Demográfico tem periodicidade decenal (anos de final 0), com exceção à operação da década de 90, realizada em 1991.

METODOLOGIA

Com data e períodos de referência fixos, desde o Censo de 1960 são utilizados dois modelos de questionários para coleta dos dados, sempre através de entrevista presencial: questionário básico e questionário da amostra, sendo que em cada domicílio é aplicado somente um dos modelos. O questionário da amostra contém todas as questões do questionário básico e mais o conjunto de questões detalhadas nos diferentes temas. As frações de amostragem utilizadas para o Censo 2000 foram: 1/10 ou 10% nos municípios com população estimativa na data de referência (última, 31 de julho para 01 de agosto de 2000) em mais de 15.000 habitantes; 1/5 ou 20% nos municípios com população estimada em até 15.000 habitantes.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

Não obstante existam registros históricos de operações para contar a população brasileira anteriores a 1872, é neste ano que se realiza o censo com a concepção mais aproximada do caráter universal que perdura até os dias de hoje. Após este censo, foram realizados os de 1890, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

2. CONTAGEM DA POPULAÇÃO

Diante das rápidas transformações no padrão de distribuição da população no território brasileiro e do contínuo e intenso movimento das fronteiras de ocupação, a realização de uma Contagem Populacional no meio da década passou a representar, a partir dos anos 90, um instrumento essencial para que o IBGE pudesse cumprir, com seu padrão habitual de eficiência e precisão, os compromissos e obrigações legais, em grande parte advindos da necessidade de atendimento de políticas e demandas descentralizadas e setoriais pós-Constituinte de 1988. Através dos resultados de uma Contagem no meio da década, que incluem as informações e características demográficas básicas, o IBGE consolida e atualiza o seu sistema de projeções e estimativas populacionais para a segunda metade dessa década. Dessa forma, são calculados os quantitativos mais consistentes e confiáveis de população para as Unidades Federativas e os municípios, possibilitando também gerar novas estimativas por grupos de idade, sexo, urbano-rural e estratificações socioeconômicas para todas as unidades político-administrativas. A primeira Contagem Populacional, conforme explicitado, foi realizada em 1996, sendo a próxima prevista para 2007, limitada aos municípios com até 170.000 habitantes.

GERÊNCIA DO CADASTRO CENTRAL DE EMPRESAS - GCC

1. ESTATÍSTICAS DO CADASTRO CENTRAL DE EMPRESAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fornece informações estatísticas sobre o Cadastro Central de Empresas, o qual é formado por empresas e unidades locais formalmente constituídas, registradas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), e que estão ativas no ano-base da publicação. São consideradas como ativas, as empresas e as unidades locais que apresentam declaração da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), bem como aquelas que se encontram em operação, segundo as pesquisas realizadas pelo IBGE, referentes ao ano-base.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS

- Número de empresas
- Número de unidades locais
- Pessoal ocupado total
- Pessoal ocupado assalariado
- Salários e outras remunerações
- Salário médio mensal

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Todo o território nacional. As informações são divulgadas para nível Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios.

PERIODICIDADE

Anual.

METODOLOGIA

As estatísticas são provenientes do Cadastro Central de Empresas, que é atualizado anualmente a partir da consolidação de dados cadastrais e econômicos da RAIS – com os das Pesquisas Anuais da Indústria, do Comércio, da Construção Civil e de Serviços realizadas pelo IBGE. Os dados obtidos a partir das pesquisas do IBGE prevalecem sobre os da RAIS, quando a empresa é informante de ambas as fontes.

As empresas e as unidades locais estão classificadas de acordo com a principal atividade econômica desenvolvida, com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

DATA EM QUE SE INICIOU A PUBLICAÇÃO

Ano de referência 1996.

COORDENAÇÃO DE AGROPECUÁRIA - COAGRO

1. LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA - LSPA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das safras dos principais produtos agrícolas. Fornece estatísticas desde a intenção de plantio até a colheita, bem como relata a situação das lavouras quanto à ação de fenômenos climáticos quanto aos aspectos fitossanitários, fatores econômicos, dentre outros.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

São pesquisadas a área (plantada, destinada à colheita e colhida), a produção (esperada e obtida) e o rendimento médio (esperado e obtido).

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Todo o território nacional. As informações são divulgadas por Unidade da Federação.

PERIODICIDADE

Mensal. A pesquisa se desenvolve em cada ano civil, de janeiro a dezembro.

METODOLOGIA

Os dados são obtidos mensalmente pela rede de coleta do IBGE, por meio de reuniões das Comissões Municipais de Estatísticas Agropecuárias (COMEAs) ou das Comissões Regionais de Estatísticas Agropecuárias (COREAs), constituídas por técnicos do IBGE e de outros órgãos que atuam na área, produtores e outros colaboradores, bem como por representantes técnicos de entidades públicas e privadas que participam dos Grupos de Coordenação Estadual das Estatísticas Agropecuárias (GCEAs). Os dados oriundos das comissões são analisados, em nível estadual, pelos GCEAs e, posteriormente, submetidos à aprovação da CEPAGRO - Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

Novembro de 1972.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do mês de referência M são levantadas no mês M e divulgadas no início do mês M+1.

2. PESQUISA TRIMESTRAL DO ABATE DE ANIMAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Pesquisa realizada trimestralmente com o objetivo de obter informações estatísticas sobre a quantidade de animais abatidos e o peso total das carcaças para 3 espécies animais pesquisadas.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

Para todas as espécies levantadas são investigadas as seguintes variáveis:

- quantidades de cabeças abatidas; e
- peso total de carcaças.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

A pesquisa é realizada em todo o território nacional. Os resultados são divulgados para Brasil e Unidades da Federação.

METODOLOGIA

A pesquisa investiga um painel de informantes composto por todos os estabelecimentos que efetuam a atividade de abate de animais e estão sob inspeção sanitária federal, estadual ou municipal.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

A Pesquisa Trimestral do Abate de Animais teve início no ano de 1997, a partir da reformulação da Pesquisa Mensal do Abate de Animais, iniciada em 1975.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do trimestre T são levantadas no primeiro mês do trimestre T+1 e divulgadas no terceiro mês do trimestre T+1.

3. PESQUISA TRIMESTRAL DO LEITE

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Pesquisa realizada trimestralmente com o objetivo de obter informações estatísticas relativas às quantidades de leite cru ou resfriado adquiridas e industrializadas.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

- leite cru adquirido diretamente de produtores ou do próprio estabelecimento;
- leite resfriado adquirido de produtores e de outras empresas; e
- leite cru ou resfriado industrializado.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

A pesquisa é realizada em todo o território nacional. Os resultados são divulgados para Brasil e Unidades da Federação.

METODOLOGIA

A pesquisa investiga um painel de informantes composto por todos os estabelecimentos que adquirem e industrializam leite cru ou resfriado e estão sob inspeção sanitária federal, estadual ou municipal.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

A Pesquisa Trimestral do Leite teve início no ano de 1997, a partir da reformulação da Pesquisa Mensal do Leite, iniciada em 1976.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do trimestre T são levantadas no primeiro mês do trimestre T+1 e divulgadas no terceiro mês do trimestre T+1.

4. PESQUISA TRIMESTRAL DO COURO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Pesquisa realizada trimestralmente com o objetivo de obter informações estatísticas sobre a quantidade de couro cru de bovino adquirido e curtido.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

- Quantidade de couro cru de bovino adquirida segundo a procedência; e
- Quantidade de couro cru de bovino segundo o método de curtimento.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

A pesquisa é realizada em todo o território nacional. Os resultados são divulgados para Brasil e Unidades da Federação.

METODOLOGIA

A pesquisa investiga um painel de informantes composto por todos os estabelecimentos que curtem, anualmente, 5.000 ou mais couros de bovinos.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

A Pesquisa Trimestral do Couro teve início no ano de 1997, a partir da reformulação da Pesquisa Anual do Couro, iniciada em 1986.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do trimestre T são levantadas no primeiro mês do trimestre T+1 e divulgadas no terceiro mês do trimestre T+1.

5. PESQUISA DA PRODUÇÃO DE OVOS DE GALINHA - POG

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Pesquisa realizada trimestralmente com o objetivo de obter informações estatísticas sobre a produção de ovos de galinha.

PRINCIPAL VARIÁVEL INVESTIGADA

- quantidade de ovos de galinha produzida.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

A pesquisa é realizada em todo o território nacional. Os resultados são divulgados para Brasil e Unidades da Federação.

METODOLOGIA

A pesquisa investiga um painel de informantes composto por todos os estabelecimentos que produzem ovos de galinha e possuem 10.000 ou mais galinhas poedeiras.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

A Pesquisa da Produção de Ovos de Galinha teve início no ano de 1983.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do trimestre T são levantadas no primeiro mês do trimestre T+1 e divulgadas no terceiro mês do trimestre T+1.

6. PESQUISA DE ESTOQUES

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

A Pesquisa de Estoques objetiva fornecer informações estatísticas conjunturais sobre o volume e distribuição espacial dos estoques de produtos agropecuários básicos e sobre as unidades onde é feita a sua guarda.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

A pesquisa investiga a modalidade de armazenagem, as quantidades existentes nas unidades armazenadoras, capacidade útil, a atividade dos estabelecimentos inquiridos e a propriedade da empresa à qual os estabelecimentos estão subordinados.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Todo o território nacional. A pesquisa é divulgada para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões Geográficas e Municípios.

PERIODICIDADE

Semestral.

METODOLOGIA

São aplicados questionários nos estabelecimentos que se dedicam à prestação de serviços de armazenagem ou que tenham a guarda de produtos agropecuários ou derivados, vinculados à sua atividade principal. Somente são considerados aqueles que formam unidades armazenadoras com capacidade útil igual ou superior a 400 metros cúbicos ou 240 toneladas, exceto para estabelecimentos agropecuários e supermercados cujos limites mínimos são 2.000 metros cúbicos ou 1.200 toneladas.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

Esta pesquisa teve origem, no IBGE, em 1958, sob o título "Depósito de Gêneros Alimentícios e Forragens". Em 1963, a apuração passou à responsabilidade do Ministério da Agricultura, tendo sido, em 1966, desdobrada em duas partes: "Armazenagem e Estocagem a Seco" e "Armazenagem e Estocagem a Frio". A partir de 1966, o Ministério da Agricultura deixou de fazer a apuração dos dados levantados pelo IBGE.

Em 1971, o IBGE assumiu novamente a sua responsabilidade, sendo que, em 1986, foi reformulada e passou a se denominar "Pesquisa Especial de Armazenagem" e, finalmente, "Pesquisa de Estoques", a partir do segundo semestre de 1987.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do semestre de referência S são levantadas no semestre S+1 e divulgadas no último mês do semestre S+1.

7. PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL - PAM

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Pesquisa realizada anualmente em todos os municípios do País com o objetivo de obter informações estatísticas sobre a atividade agrícola relativa a 31 produtos de culturas temporárias e a 33 de culturas permanentes.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

Para todos os produtos agrícolas levantados são investigadas as seguintes variáveis:

- área plantada;
- área colhida;
- quantidade produzida;
- rendimento médio; e
- preço médio pago ao produtor no ano base.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Todo o território nacional. Os resultados são divulgados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões Geográficas e Municípios.

PERIODICIDADE

Anual.

METODOLOGIA

A obtenção das informações é realizada mediante o preenchimento, pelo agente de coleta do IBGE, de um questionário para cada município.

De modo geral, as estimativas realizadas pelos agentes resultam de contatos e reuniões com técnicos de órgãos de pesquisa, extensão, comercialização, crédito etc., que atuam no setor agrícola do município, cooperativas, grandes produtores e, ainda, do próprio conhecimento que têm da região.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

Pesquisa iniciada no Ministério da Agricultura, em 1938, contando com a colaboração do IBGE no levantamento dos dados. Em 1974, foi transferida para o IBGE. Os anos de 1971 e 1972 não foram divulgados pelo Ministério da Agricultura. A partir de 2005 o IBGE passou a divulgar antecipadamente a Produção Agrícola Municipal dos Cereais, Leguminosas e Oleaginosas – PAM-CLO.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do ano de referência N são levantadas no ano N+1 e divulgadas no primeiro semestre do ano N+1 (PAM-CLO) e no segundo semestre do ano N+1 (PAM).

8. PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL E DA SILVICULTURA - PEVS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Pesquisa realizada anualmente em todos os municípios do País com o objetivo de obter informações estatísticas sobre o extrativismo vegetal (exploração dos recursos florestais nativos) e a silvicultura (exploração de matas e florestas plantadas).

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

Para os 41 produtos do extrativismo vegetal e os sete da silvicultura são investigadas as quantidades obtidas e o preço médio pago ao produtor.

Também é investigado o número de árvores abatidas e a produção de madeira do pinheiro brasileiro nativo.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Todo o território nacional. Os dados estão disponíveis para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões Geográficas e Municípios.

PERIODICIDADE

Anual.

METODOLOGIA

A obtenção de informações é realizada mediante o preenchimento de um questionário para cada município, efetuado pelo agente de coleta do IBGE.

Os dados são obtidos através de consultas a órgãos públicos, empresas e pessoas que atuam direta e indiretamente na exploração, industrialização e fiscalização dos recursos vegetais nativos e plantados.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

A pesquisa sobre a atividade extrativa vegetal iniciou-se em 1938, no Ministério da Agricultura, já com a colaboração do IBGE no levantamento dos dados. Em 1974, foi transferida para o IBGE, mesmo ano em que iniciou-se a pesquisa sobre silvicultura. Em 1986, os dois levantamentos, até então independentes, foram transformados em um único.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do ano de referência N são levantadas no ano N+1 e divulgadas no segundo semestre do ano N+1.

9. PESQUISA DA PECUÁRIA MUNICIPAL - PPM

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Pesquisa realizada anualmente em todos os municípios do País com o objetivo de obtenção de informações estatísticas sobre os efetivos das espécies animais criadas e dos produtos da pecuária.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

A) Efetivos de:

- Bovinos; bubalinos; eqüinos; asininos; muares; suínos; ovinos; caprinos; galinhas; galos, frangas, frangos e pintos; codornas; e coelhos.

B) Produção e preço médio pago ao produtor de:

- Leite de vaca, lã, ovos de galinha, de codorna, mel e casulos do bicho-da-seda.

Os preços não são divulgados, só o valor da produção (preço x quantidade).

A partir de 1989, as seguintes variáveis deixaram de ser investigadas:

- Valor dos efetivos pecuários, efetivo de perus, patos, marrecos, gansos, e produção e valor de cera de abelha.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Todo o território nacional. A divulgação dos dados é feita para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões Geográficas e Municípios.

PERIODICIDADE

Anual.

METODOLOGIA

A obtenção das informações é realizada mediante o preenchimento de um questionário, para cada município, pelo agente de coleta do IBGE.

Os dados são levantados junto a produtores, sindicatos, cooperativas, órgãos de pesquisa, extensão rural, comercialização, crédito e outros relacionados com a pecuária.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

Pesquisa iniciada no Ministério da Agricultura, em 1945, e transferida para o IBGE, em 1974. Os anos de 1971 e 1972 não foram divulgados pelo Ministério da Agricultura.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do ano de referência N são levantadas no ano N+1 e divulgadas no segundo semestre do ano N+1.

COORDENAÇÃO DE CONTAS NACIONAIS - CONAC

1. SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS - SCN

1.1 - CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

As Contas Econômicas Integradas, núcleo central do SCN, oferecem uma visão de conjunto da economia e descrevem os fenômenos essenciais que constituem a vida econômica: produção, consumo, acumulação e riqueza, fornecendo ainda uma representação compreensível e simplificada, porém completa, deste conjunto de fenômenos e das suas inter-relações.

Nas Contas Econômicas Integradas, a unidade de investigação é a unidade institucional onde os agentes, capazes de possuir ativos e contrair passivos por sua própria conta, são agrupados atendendo às suas funções, comportamento e objetivos principais.

Os Setores Institucionais nas Contas Nacionais abrangem:

- Empresas não-financeiras: unidades institucionais que se dedicam principalmente à produção de bens mercantis e serviços não-financeiros mercantis;
- Empresas financeiras, inclusive seguradoras e previdência complementar: unidades institucionais que se dedicam principalmente à intermediação financeira ou a atividades financeiras auxiliares;
- Administrações públicas: unidades institucionais que, além de cumprirem as suas responsabilidades políticas e o seu papel de reguladores da economia, produzem essencialmente serviços não-mercantis para consumo individual ou coletivo e redistribuem a renda e a riqueza;
- Famílias: compreendem o conjunto das pessoas físicas da economia e unidades produtoras, quando o patrimônio da empresa, ou negócio, se confunde com o do seu proprietário. As principais funções das famílias são a oferta de mão-de-obra, o consumo final e, enquanto empresários, a produção de bens e serviços mercantis.

No momento, as Contas Nacionais brasileiras são apresentadas até a conta de acumulação de ativos não-financeiros (conta de capital) estando as instituições privadas sem fins lucrativos incluídas no setor Famílias.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

Agregados Macroeconômicos:

- Valor de Produção;
- Consumo Intermediário;
- Valor Adicionado;
- Produto Interno Bruto;
- Renda Disponível;
- Consumo;
- Poupança;
- Investimento; e
- Capacidade/Necessidade Líquida de Financiamento.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Brasil.

PERIODICIDADE

Anual.

METODOLOGIA

O trabalho de construção das Contas Econômicas Integradas compreende duas etapas:

- Articulação e coerência das operações comuns aos setores de atividade e setores institucionais; e
- Equilíbrio (síntese) das demais operações, próprias dos setores institucionais.
- O princípio básico de construção deste quadro é o de analisar para cada operação o equilíbrio dos usos e recursos. Após o equilíbrio operação por operação são também analisados os resultados das contas dos setores institucionais buscando a coerência global do Sistema.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

1995 – ano-base.

As Contas Nacionais são elaboradas, anualmente, a partir de um cronograma de trabalho definido pela disponibilidade dos dados básicos, em três versões para um determinado ano: preliminar, semidefinitiva e definitiva, em distintos períodos nos dois anos subseqüentes ao ano de referência.

No 1º trimestre do ano N, são divulgados os resultados anuais de N-1, com base no somatório dos trimestres do Sistema de Contas Trimestrais. No 4º trimestre do ano N, resultados definitivos desagregados de N-3 e resultados preliminares agregados de N-2.

1. 2 - TABELAS DE RECURSOS E USOS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

As Tabelas de Recursos e Usos mostram a oferta e a demanda de bens e serviços, relacionando grupos de produtos e as atividades econômicas. Apresentam também a conta de produção e de geração da renda, por atividade econômica. A Tabela de Produção detalha os bens e serviços produzidos, e a Tabela de Consumo Intermediário identifica os produtos consumidos no processo produtivo. Essa Tabela compreende 80 categorias de produtos e 42 grupos de atividades econômicas, integrando também o total de pessoas ocupadas em cada atividade.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

- Produção e Importação por Produto e Atividade;
- Consumo Intermediário por Produto e Atividade;
- Demanda Final por Produto; e
- Valor Adicionado por Atividade.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Brasil.

PERIODICIDADE

Anual.

METODOLOGIA

Estatística derivada elaborada a partir de informações primárias do próprio IBGE, tais como: Censos Demográficos e Agropecuários; Pesquisas Anuais e Mensais de Indústria, Comércio, Construção Civil,

Serviços, PNAD; Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas etc.; e de fontes externas (Banco Central do Brasil - BACEN, Secretaria de Comércio Exterior - SECEX etc.).

A construção das Tabelas de Recursos e Usos envolve a análise da consistência macroeconômica das estatísticas sobre oferta e demanda dos 80 grupos de produtos. São construídas as contas de produção e distribuição operacional da renda para as 42 atividades econômicas, originando as Tabelas de Recursos e Usos, base dos trabalhos da Matriz de Insumo-Produto.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

1990 – ano-base.

As Contas Nacionais são elaboradas, anualmente, a partir de um cronograma de trabalho definido pela disponibilidade dos dados básicos, em quatro versões para um determinado ano: provisória, preliminar, semidefinitiva e definitiva, em distintos períodos nos dois anos subseqüentes ao ano de referência.

No 1º semestre do ano N, são divulgados resultados provisórios do ano N - 1, com base nas Contas Trimestrais. No 2º semestre do ano N, resultados definitivos de N - 3; semidefinitivos de N - 2 e preliminares de N - 1.

1.3 - MATRIZ DE INSUMO-PRODUTO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Tabelas de Produção por atividade e produto, Tabelas de Consumo Intermediário e Final a preços básicos, com detalhamento entre produção interna ou importação por atividade e produto, calculadas a partir dos quadros das Tabelas de Recursos e Usos e Matrizes de Coeficientes Técnicos entre atividades – matriz de coeficientes técnicos diretos e indiretos.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

Produto Interno Bruto a preços de mercado, impostos sobre produtos, valor adicionado a preços básicos, consumo pessoal, formação bruta de capital fixo, exportações e importações. Divulgadas em valores correntes e valores do ano anterior.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Brasil.

PERIODICIDADE

Até 1985, quinquenal; de 1990 a 1996, anualmente.

METODOLOGIA

A Matriz de Insumo-Produto é derivada das Tabelas de Recursos e Usos do Sistema de Contas Nacionais - SCN, através da aplicação de um modelo de cálculo das matrizes de coeficientes diretos descrito no Texto para Discussão da DPE, Número 83 de outubro de 1996.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

O IBGE possui duas matrizes preparadas por uma metodologia não completamente integrada às Contas Nacionais (1970 e 1975); a partir da matriz de 1980, seus resultados já são integrados aos do SCN.

A Matriz de Insumo-Produto é preparada a partir da versão definitiva da Tabela de Recursos e Usos das Contas Nacionais, com divulgação do ano N em N + 4.

1.4 - CONTAS REGIONAIS DO BRASIL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Informações sobre a composição e evolução do PIB de cada Unidade da Federação, a preços correntes e a preços do ano anterior, elaboradas pelas equipes técnicas dos Órgãos Estaduais de Estatísticas, Secretarias Estaduais e SUFRAMA, sob coordenação do IBGE, através da Coordenação de Contas Nacionais.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

- Valor da Produção, Consumo Intermediário e Valor Adicionado das atividades econômicas dos Estados;
- PIB per capita; e
- PIB a preço de mercado.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Unidades da Federação.

PERIODICIDADE

Anual.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para a montagem da Conta de Produção Regional, segundo normas e recomendações internacionais, adaptadas ao plano estadual, é compatível com a metodologia do Sistema de Contas Nacionais e comparável entre todas as Unidades da Federação.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

1985.

As informações do ano de referência N são levantadas no ano N+1 e divulgadas no ano N+2.

1.5 – CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Cálculo do valor corrente e dos índices de volume (1990=100) do Produto Interno Bruto, classes de atividades e setores da economia brasileira, com periodicidade trimestral.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

Produto Interno Bruto a preços de mercado, impostos sobre produtos, valor adicionado a preços básicos, consumo pessoal, consumo de governo, formação bruta de capital fixo, exportações e importações. Divulgadas em valores correntes, índices de volume encadeados com base de referência na média de 1990) (média de 1990=100) com e sem ajuste sazonal; taxas comparando trimestre com igual trimestre do ano anterior (T/T-4), com o imediatamente anterior (T/T-1) e a variação acumulada no ano corrente e nos últimos quatro trimestres.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Brasil.

PERIODICIDADE

Trimestral.

METODOLOGIA

A partir de informações sobre a evolução real de produtos e atividades, índices de preço, valores correntes, número de pessoas ocupadas e outras variáveis relacionadas com o nível de atividade econômica, são construídas tabelas de recursos e usos trimestrais.

Esses resultados são agregados segundo o Sistema de Contas Nacionais obtendo-se o índice do Produto Interno Bruto Real (PIB Real) da economia, detalhado por setor e subsetor de atividade e valores correntes.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

Encontra-se disponível uma série completa desde 1990, com atualização trimestral e com seus resultados coerentes com as versões do SCN divulgadas.

Os resultados de Indicadores de Volume são divulgados 60 dias após o término do trimestre; e os de Indicadores de Volume e Valores Correntes são divulgados 90 dias após o término do trimestre.

1.6 – PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Informações sobre o valor adicionado das principais atividades econômicas – Agropecuária – Indústria e Serviços, por Município em cada Unidade da Federação, elaboradas pelas equipes dos Órgãos Estaduais de Estatísticas, Secretarias Estaduais e SUFRAMA, sob coordenação do IBGE, através da Coordenação de Contas Nacionais.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

- Valor Adicionado das atividades econômicas;
- Impostos sobre produtos;
- PIB a preço de mercado dos Municípios; e
- PIB per capita dos Municípios;

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Municípios.

PERIODICIDADE

Anual.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para o cálculo PIB dos Municípios baseia-se na distribuição pelos municípios do valor adicionado das atividades econômicas das Contas Regionais do Brasil. A metodologia padronizada pelo IBGE possibilita a comparação da magnitude do PIB de todos os Municípios.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

1998.

As informações do ano de referência N são levantadas no ano N+1 e divulgadas no ano N+2.

1.7 – NOVA BASE DAS CONTAS NACIONAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

O projeto de atualização da base do Sistema de Contas Nacionais tem como objetivo aperfeiçoar a metodologia das Contas Nacionais do Brasil, visando à construção de Contas Nacionais Trimestrais e Contas Nacionais Anuais integradas. O projeto abrange as seguintes atividades:

- Revisão da classificação de atividades econômicas e produtos;
- Classificações e revisões de âmbito dos setores institucionais;
- Introdução de novos procedimentos metodológicos;
- Integração entre as operações de bens e serviços e os setores institucionais;
- Inclusão de novas fontes de dados, como as Pesquisas: Industrial Anual – PIA; Anual da Construção Civil – PAIC; PIA/Produto; Orçamentos Familiares – POF; Anual de Comércio – PAC e de Serviços – PAS; Censos Agropecuário de 1996 e Demográfico de 2000;
- Apuração da pesquisa satélite de Consumo Industrial - PCI, elaborada pela COIND, para utilização na construção da nova base;
- Construção de um banco de dados que integre as diversas fontes de dados;
- Criação de novos instrumentos de registro e planilhas de trabalho;
- Utilização do software ERETES, desenvolvido pela Comunidade Européia e o Ministério das Relações Exteriores da França para integrar os dados utilizados nas contas nacionais.; e
- Incorporação no Sistema das Contas Financeiras que estão sendo desenvolvidas em conjunto com o Banco Central.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

As mesmas das Contas Econômicas Integradas - CEI, ampliando, contudo, de 80 produtos para 300 e de 40 atividades para 100.

No projeto da nova base as Instituições Sem Fins Lucrativos a serviços das famílias - ISFLSF serão consideradas como um setor à parte e não englobado no setor famílias.

PERIODICIDADE

Anual.

METODOLOGIA

A metodologia adotada no desenvolvimento do projeto segue, basicamente, as mais recentes recomendações expressas no manual das Nações Unidas - System of National Accounts de 1993, SNA-93.

2. ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Pesquisa baseada no levantamento de dados de balanços e de outros registros contábeis das Administrações Públicas das três esferas de governo com o objetivo de identificar a origem e a natureza econômica dos recursos obtidos, assim como o destino e a natureza econômica das despesas realizadas. Estas últimas são também pesquisadas segundo a classificação por função e subfunção de forma a identificar a finalidade / propósito dos gastos governamentais. São ainda coletados os balanços financeiros, patrimoniais e demonstrativo de variações patrimoniais das administrações públicas.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

Receitas e despesas orçamentárias, receitas e despesas extra-orçamentárias e por funções, ativos e passivos e variações patrimoniais das Administrações Públicas.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

A pesquisa, no período de 1991 a 1995, abrange todos os órgãos da Administração Central e Descentralizada (Autarquias, Fundações e Fundos) dos Governos Federal, Estadual e Municipal (Municípios da Capital e Região Metropolitana). A partir de 1996 têm-se também informações para universo dos municípios por Unidade da Federação. Os dados do universo dos municípios foram estimados a partir das informações do painel de municípios pesquisados pela Coordenação de Contas Nacionais - CONAC (municípios das capitais e regiões metropolitanas) e das informações de municípios disponíveis no Sistema de Acompanhamento Financeiro de Estados e Municípios - SIAFEM fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional. A partir do ano de 1998, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, realizada pela Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE, passou a ser utilizada em conjunto com as pesquisas Finanças do Brasil, da Secretaria do Tesouro Nacional e Sistema de Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS do Ministério da Saúde como fontes de informações para os municípios não pesquisados pela CONAC em substituição ao SIAFEM, paralisado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O painel de municípios pesquisados pela CONAC contempla as capitais e maior parte dos municípios das regiões metropolitanas das capitais, além de municípios de grande expressão regional (nos gastos governamentais). Em 2000 a amostra era composta por 265 municípios, passando a 125 em 2004.

PERIODICIDADE

Anual.

METODOLOGIA

A coleta das informações é realizada mediante o preenchimento, pelas equipes do IBGE nas Unidades Estaduais, de questionários e ficha de atualização cadastral em sistema de informática desenvolvido pela Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas – COADS da Diretoria de Informática.

As fontes básicas para o preenchimento do questionário eletrônico são os balanços dos órgãos públicos, apresentados de acordo com as normas estabelecidas nas leis orçamentárias, as prestações de contas e demais instrumentos contábeis. A partir de 2004, o balanço contábil consolidado, caso seja elaborado pelo estado ou pelo município, passa a ser referência para o preenchimento do questionário eletrônico.

DATA DE REFERÊNCIA INICIAL

Os dados de Administrações Públicas foram publicados de 1975 a 1982 (estados e municípios). Para os anos de 1983 e 1984, os resultados podem ser apresentados sob a forma de relatórios (listagem). A análise das informações referentes ao período de 1985 a 1990 esteve paralisada em função da prioridade dada a anos de referência mais recentes, sendo que as informações encontram-se disponíveis na base de dados. Os resultados de 1991 a 2000 encontram-se disponíveis em meio magnético ou sob a forma de relatórios. A partir de 1995, os dados de Estados e Municípios da Capital e Região Metropolitana passam a englobar também as despesas por função, programa e subprograma, e posteriormente, função e subfunção para se adequar às alterações na classificação funcional programática imposta pela legislação (Portaria N° 42 de 14 de abril de 1999).

2.1 FINANÇAS PÚBLICAS DO BRASIL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

A pesquisa apresenta informações de receitas, despesas e investimentos das administrações, detalhando-se o comportamento por esfera de governo, Unidade da Federação, Grandes Regiões e total

Brasil. Informa ainda a incidência dos gastos federais, nas Unidades da Federação, assim como os recursos federais arrecadados em cada Unidade da Federação.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

- Receitas e despesas correntes e de capital, por esfera de governo e por Unidade da Federação.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

A pesquisa abrange todas as Unidades da Federação e os três níveis de governo: federal, estadual e municipal, incluindo a coleta de informações dos órgãos e entidades da administração central e descentralizada:

- Todos os órgãos da administração central dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e das entidades descentralizadas, instituídas como autarquias, fundações e fundos de gestão autônoma;
- Todos os fundos e instituições de seguridade social;
- Entidades prestadoras de serviços auxiliares do comércio e da indústria que têm como recursos contribuições sociais arrecadadas pelo governo.

São divulgadas informações de receita e despesa consolidadas para as três esferas de governo. Até 2000 divulgava-se através da publicação "Regionalização das Transações do Setor Público", as informações de receita e despesa da esfera federal regionalizadas por unidades da federação e grandes regiões. Desde então, vem se divulgando a regionalização apenas das informações dos governos estaduais e municipais, e o total da execução orçamentária do governo federal.

PERIODICIDADE

Anual.

METODOLOGIA

A pesquisa, para obtenção dos dados do Governo Federal, utiliza o Balanço Geral da União, o Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e os balanços dos órgãos descentralizados não cadastrados no SIAFI.

Até 1997, as informações das Administrações Públicas Municipais eram estimadas a partir das informações do painel de municípios pesquisados pela CONAC (municípios das capitais e regiões metropolitanas) e das informações de municípios disponíveis no Sistema de Acompanhamento Financeiro de Estados e Municípios - SIAFEM fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional. A partir de 1998, são agregadas às informações da pesquisa, as informações da pesquisa Finanças do Brasil, realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Sistema de Informações de Orçamento Público em Saúde – SIOPS do Ministério da Saúde. A estimativa de municípios contou também, para o período 1998-2000, com as informações da Pesquisa Informações Básicas Municipais da Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

1991.

As informações do ano de referência N são levantadas no ano N+1 e divulgadas no segundo semestre do ano N+3.

2.2 - DESPESAS PÚBLICAS POR FUNÇÕES

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Informações que identificam os gastos públicos por função e subfunção segundo a natureza da despesa para os três níveis de governo - federal, estadual e municipal. As funções e subfunções foram definidas a partir da compatibilização da classificação de funções governamentais (COFOG) proposta em conjunto pela Diretoria de Estatísticas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico -OCDE e pela Divisão de Estatística da Organização das Nações Unidas - ONU e da classificação funcional programática utilizada pelos órgãos das administrações públicas nas três esferas de governo.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

Despesas orçamentárias, por funções e subfunções, natureza econômica da despesa, segundo diferentes níveis de governo.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Brasil, Unidades da Federação, Municípios pesquisados pela CONAC.

A publicação "Despesas públicas por funções 1996-1998" apresentou resultados para os três níveis de governo e a publicação "Despesas públicas por funções: unidades de federação e municípios 1999-2002" se restringiu às esferas subnacionais.

PERIODICIDADE

Anual.

METODOLOGIA

A classificação de despesas por função e subfunção, e natureza econômica, levantadas pela pesquisa Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas, é redefinida para elaboração de uma nova classificação de gastos públicos por atividade governamental compatível com a classificação de funções governamentais proposta pela OCDE e pela ONU.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

1996.

As informações do ano de referência N são levantadas no ano N+1. Não há periodicidade de divulgação determinada.

COORDENAÇÃO DE ÍNDICES DE PREÇOS - COINP

1. SISTEMA NACIONAL DE ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR - SNIPC

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

O SNIPC - Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - consiste em uma combinação de processos destinados a produzir índices de preços ao consumidor nacionais, a partir da agregação de resultados regionais, segundo a mesma concepção metodológica no que diz respeito à fórmula de cálculo, pesquisas básicas, bases cadastrais, montagem da estrutura de pesos e métodos de coleta. O objetivo é acompanhar a variação de preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos pelas famílias de determinadas faixas de renda.

Os índices mensais resultam, regra geral, da comparação dos preços vigentes nos 30 dias do período de referência com os 30 do período base. A coleta integral de preços se dá a cada período de 30 dias que é segmentado, sem interrupção, em quatro subperíodos. Cada um deles contém cerca de sete dias com datas definidas através do Calendário Anual de Coleta do SNIPC.

São calculados índices para famílias com rendimento mensal entre 1 a 8 salários mínimos com chefes assalariados, e 1 a 40 salários mínimos qualquer que seja a fonte de rendimento do chefe.

Do SNIPC resultam, tradicionalmente, o INPC e o IPCA e também são produzidos indexadores com objetivos específicos, como é o caso do IPCA-E. As especificidades de cada um desses índices encontram-se no portal do IBGE, na internet.

Descrição Atual

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA são calculados de forma contínua e sistemática para as áreas de abrangência do índice.

As bases cadastrais são estabelecidas a partir das seguintes pesquisas básicas:

- Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF - Realizada em 1974-1975, que gerou as primeiras estruturas de ponderações, sendo atualizadas em 1989, através da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 1987-1988; e em 1999, a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 1995 – 1996.
- Pesquisa de Locais de Compra - PLC - que forneceu até 1989, o cadastro básico de informantes da pesquisa.
- Pesquisa de Especificação de Produtos e Serviços - PEPS - realizada na época de implantação de cada uma das regiões para todos os produtos e serviços constantes da estrutura de ponderações. Fornece o Cadastro de Produtos e Serviços pesquisado, que é atualizado sempre que necessário com o objetivo de acompanhar a dinâmica de mercado.
- Manutenção e atualização permanente dos cadastros de produtos e locais.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

Preços obtidos no mercado varejista, efetivamente cobrados ao consumidor para os diferentes produtos pesquisados; nas concessionárias para serviços utilizados pela população; além do levantamento de aluguel e condomínio em domicílios particulares e administradoras de imóveis.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além do Distrito Federal e do município de Goiânia. São divulgados os índices gerais, por grupos de produtos, subgrupos, item e subitens, para as regiões pesquisadas, além do agregado Brasil.

PERIODICIDADE

Mensal.

METODOLOGIA

Os índices são calculados para cada região. A partir dos preços coletados mensalmente, obtém-se, na primeira etapa de síntese, as estimativas dos movimentos de preços referentes a cada produto pesquisado. Tais estimativas são obtidas através do cálculo da média aritmética simples dos preços coletados nos locais da amostra do produto que, comparadas em dois meses consecutivos, resultam no relativo das médias.

Até dezembro de 1993, agregava-se os relativos dos produtos através da média aritmética simples no cálculo da estimativa de variação de preços de cada subitem. A partir de janeiro de 1994, passou a ser utilizada a média geométrica para agregação dos produtos ao nível de subitem.

A partir daí é aplicada a fórmula de Laspeyres, obtendo-se todos os demais níveis de agregação da estrutura - item, subgrupo, grupo e, por fim, o índice geral da região.

Até junho de 2006, apenas para os produtos sazonais alimentícios – tubérculos, raízes e legumes: hortaliças e verduras; e frutas – foi utilizada uma fórmula do tipo Paasche para agregar os subitens até o nível de item. Daí em diante aplicava-se Laspeyres. A partir de julho de 2006 a fórmula de Laspeyres passou a ser aplicado em todos os níveis a partir do item

O índice nacional é calculado a partir dos resultados dos índices regionais, utilizando-se a média aritmética ponderada. Para agregar os "índices regionais restritos", a variável utilizada como ponderador é a "população residente urbana" (com base nos resultados do Censo Demográfico). Os pesos baseiam-se na população residente para que o resultado esteja mais próximo do índice metropolitano das regiões mais populosas, áreas que concentram os maiores contingentes de trabalhadores sujeitos à legislação salarial. No caso do IPCA, utiliza-se o "rendimento total urbano" (com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD). A escolha desta variável está intimamente ligada à amplitude da população e do estimador, e seu objetivo é estimar a inflação sob a ótica da demanda final familiar.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

A produção dos índices regionais (INPC e IPCA) iniciou-se em:

Rio de Janeiro	Janeiro/1979
Porto Alegre	Junho/1979
Belo Horizonte	Junho/1979
Recife	Junho/1979
São Paulo	Janeiro/1980
Brasília	Janeiro/1980
Belém	Janeiro/1980
Fortaleza	Outubro/1980
Salvador	Outubro/1980
Curitiba	Outubro/1980
Goiânia	Janeiro/1991

A série Brasil encontra-se disponível a partir de setembro de 1980.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

Levantamento contínuo das informações no mês de referência dos índices e divulgação mensal, nove dias úteis após o término da coleta do período de referência.

2. SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

O SINAPI é um sistema que fornece informações detalhadas sobre custos e índices da construção civil para o segmento de habitação e preços medianos para os segmentos de infra-estrutura urbana, saneamento básico e habitação. Foi implantado, em 1969, pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Atualmente, é produzido mensalmente pelo IBGE em convênio com a Caixa Econômica Federal (CAIXA),

responsáveis pela base cadastral de coleta e base técnica de engenharia, respectivamente. Desde sua criação, os resultados do SINAPI são relativos à área de habitação. A partir de 1997, referem-se, também, às áreas de saneamento e infra-estrutura.

A incorporação dessas novas áreas temáticas proporcionou um aumento significativo do número de composições de custos e do número de insumos cadastrados, que passou de 1172 para 29570 composições e de 821 para 8800 insumos .

As estatísticas do SINAPI permitem a programação de investimentos e a execução e a análise de orçamentos para diferentes níveis de agregação técnica e espacial. Seus principais usuários do setor público são: CAIXA – Caixa Econômica Federal; TCU – Tribunal de Contas da União; IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico; FUNASA – Fundação Nacional de Saúde; INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária; e o Ministério da Defesa.

Considerando que o banco nacional de insumos é demasiadamente grande, o que inviabiliza a realização mensal da coleta de preços para todo o banco, o sistema foi concebido de tal forma a viabilizar a estimativa mensal de preços para todos os insumos. Para tanto, organizou-se os insumos afins ou semelhantes (mesmo processo de fabricação e mesma composição de matéria-prima) em grupamentos, denominados "Famílias Homogêneas", que são constituídas de insumos representantes ou chefes de famílias, os quais são pesquisados mensalmente, e de insumos representados, que têm os preços mensais gerados a partir dos preços dos representantes. Os preços dos insumos representados são gerados através de um critério de imputação, que se baseia na utilização de coeficientes de representatividade os quais são obtidos, para cada família, a partir da relação entre o preço do representante e os preços de cada um de seus representados. Esses coeficientes são gerados periodicamente a partir da coleta extensiva de preços e salários de todo banco nacional.

Para manter o sistema atualizado são realizados, de forma contínua, aprimoramentos que garantem a manutenção das bases cadastrais. Esses aprimoramentos compreendem:

- Atualização da amostra de informantes – De modo a permitir a atualização contínua da amostra de informantes, o sistema utiliza diferentes fontes de alimentação, dentre as quais destaca-se como principal o Cadastro Central de Empresas – CEMPRE. Também são utilizadas outras fontes complementares, tais como: cadastros de entidades empresariais, revistas especializadas e a Pesquisa de Locais de Compras dirigida, que consiste em levantar, junto às empresas construtoras, os principais fornecedores, para uma parcela específica de materiais e equipamentos da construção civil.
- Atualização do cadastro de especificações de insumos - Consiste em realizar de forma contínua a atualização das especificações dos insumos, garantindo a participação das especificações mais usuais e atualizadas (marca , modelo , fabricante e etc.).
- Atualização dos coeficientes de representatividades - Consiste em realizar a cada quadrimestre, de forma contínua, a coleta total de preços e salários para cada subconjunto de famílias homogêneas e a partir daí gerar os coeficientes nacionais de representatividade para cada insumo representado, integrantes das famílias revisadas.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

- Preços de materiais e de serviços de construção; e
- Salários de categorias sócio-profissionais.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

As estatísticas produzidas referem-se às Capitais dos Estados e Distrito Federal, num total de 27 áreas geográficas. São divulgados, mensalmente, em forma de relatório, custos de construção para projetos residenciais e comerciais segundo diferentes padrões de acabamento, séries de custos médios e índices de custos e séries de preços de materiais, serviço e salários das categorias sócio-profissionais da construção civil, a nível nacional, das Grandes Regiões e das Unidades da Federação.

PERIODICIDADE

Mensal.

METODOLOGIA

Sistematicamente, a coleta de preços e salários é realizada nos 15 primeiros dias úteis do mês de referência em estabelecimentos comerciais e industriais, fornecedores de materiais de construção, prestadores de serviços, empresas construtoras e sindicatos do setor de edificações.

As séries mensais de custos e índices de custos para o setor habitação referem-se ao custo do metro quadrado de uma construção no canteiro de obras. Não estão incluídas as despesas com projetos em geral, licenças, seguros, instalações provisórias, depreciação dos equipamentos, compra de terreno, administração, financiamento, equipamentos mecânicos (elevadores, compactadores, exaustores e outros) e não estão envolvidos os lucros da construtora e da incorporadora.

Para o setor de habitação são considerados 25 projetos, para os quais são relacionados todos os serviços, cada qual com suas quantidades. A cada serviço, por sua vez, estão associadas diferentes especificações, atendendo a quatro padrões de acabamento: alto, normal, baixo e mínimo. A execução de cada serviço exige um conjunto de materiais e mão-de-obra em quantidades determinadas. Esse conjunto denomina-se "composição técnica".

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

O SINAPI foi implantado em 1969 pelo extinto BNH - Banco Nacional de Habitação. A partir de 1985, passou a ser produzido integralmente pelo IBGE.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações são levantadas mensalmente até a primeira quinzena do mês M e divulgadas até o quinto dia útil do mês M+ 1.

3. REVISÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR - REVSNI PC

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

O SNIPC - Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - consiste em uma combinação de processos destinados a produzir índices de preços ao consumidor nacionais, a partir da agregação de resultados regionais de 11 áreas pesquisadas. O projeto de revisão e ampliação, a partir da disponibilidade das informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002/2003, vai ampliar os seus resultados para as 27 Unidades da Federação, sendo o novo índice nacional daí obtido. Além disso aprimoramentos serão implantados. Dentre eles: revisão da fórmula de cálculo dos sazonais alimentícios e fórmula de cálculo geral em nível elementar; adoção de Classificação de Produtos considerando o critério de finalidade de uso, adequando os elementos que compõem o índice e sua definição em termos de consumo final; Introdução do Cadastro de Empresas do IBGE como fonte principal de geração e atualização dos cadastros de informantes; aprimoramento dos processos de coleta, apuração e crítica, incluindo a atualização de tecnologia.

DESCRIÇÃO ATUAL

Segundo a proposta para nova abrangência geográfica do SNIPC, serão definidos indicadores para cada uma das Unidades da Federação. Atualmente encontra-se em elaboração a proposta de configuração da base geográfica dos indicadores do Sistema em cada um dos Estados brasileiros. Para isso estão sendo levados em conta os critérios de população a ser coberta bem como aspectos operacionais e custos da coleta.

Atualmente estão sendo desenvolvidas as bases para implantação da pesquisa no Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, áreas piloto, cujo início da coleta de preços e cálculo dos índices estão previstos para o segundo semestre de 2007. As amostras estão em fase de seleção a partir do Cadastro de Empresas como fonte principal. As estruturas de ponderações foram definidas com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada em 2002/2003.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

Quando da implantação da coleta as variáveis serão as mesmas do SNIPC: preços obtidos no mercado varejista, efetivamente cobrados ao consumidor para os diferentes produtos pesquisados; nas concessionárias para serviços utilizados pela população; além do levantamento de aluguel e condomínio em domicílios particulares e administradoras.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Brasil – todas as áreas urbanas.

Unidades da Federação – todas, também áreas urbanas.

Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além do Distrito Federal e do município de Goiânia, com o objetivo de possibilitar estudos históricos.

PERIODICIDADE

Mensal.

METODOLOGIA

Quanto a fórmula elementar, deverá ser avaliada a adoção da fórmula geométrica vis a vis a razão de média de preços considerando aspectos tais como substituição e propriedades diversas desta fórmulas frente características específicas dos itens pesquisados.

A classificação de produtos está baseada na experiência do grupo de trabalho do IPC Harmonizado do Mercosul e Chile que vem trabalhando com a Classificação segundo critérios de finalidade de uso, a "Classification of Individual Consumption According to Purpose"- COICOP, aprovada pela ONU em 1998.

Na composição da cesta a investigar o marco conceitual tem por base a metodologia do SCN - Sistema de Contas Nacionais, versão 1993 e recomendações da XVII Conferência de Estatísticos do Trabalho – dezembro de 2003, promovida pela Organização Internacional do Trabalho.

Na definição da abrangência dentro de cada Unidade da Federação serão definidas regiões de abrangência geográfica dos índices, denominadas RAGI's e que, dentre outros aspectos, levarão em consideração fatores como população coberta, localização de agências do IBGE e viabilidade operacional para realização das pesquisas.

Com base na utilização do Cadastro de Empresas como fonte de dados e proxy do universo de estabelecimentos comerciais serão dimensionadas as amostras de informantes. Serão representadas nessas amostras características de hábitos de compra de bens e serviços tais como "localização" e "importância" dos diferentes tipos de estabelecimentos comerciais nas vendas dos produtos.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

O planejamento iniciou em janeiro de 2001.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

A partir da implantação, levantamento contínuo das informações no mês de referência dos índices e divulgação mensal, nove dias úteis após o término da coleta do período de referência.

4. PROGRAMA DE COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS - PCI

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

O Programa de Comparação Internacional (PCI) é uma iniciativa estatística mundial que visa medir as paridades de poder de compra e níveis correspondentes de preço e volume do Produto Interno

Bruto (PIB) numa base comparável para mais de 100 países agrupados em cinco regiões: América do Sul, África, Oriente médio, Ásia e Comunidade dos Estados Independentes (antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). A partir daí é possível responder perguntas de fundamental importância relacionadas à comparações de indicadores econômicos e de utilidade para fins de políticas de governo. São exemplos: “em quanto o país A é mais caro do que o país B?”? Em que sentido e em quanto a moeda A está supervalorizada em relação à moeda B?”.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

Os preços ao consumidor obtidos no varejo são as principais variáveis investigadas. Estes preços dão origem ao cálculo das paridades do poder de compra – PPC de cada país.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA

Para o itens de consumo, a pesquisa foi realizada nas regiões de abrangência do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC: Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba, além do Distrito Federal e o Município de Goiânia.

PERIODICIDADE

O último cálculo das PPCs mundial foi em 1993. Divulgados em junho de 2006, no Brasil, nas instalações do IBGE, os resultados do projeto para a América do Sul tomaram por base os preços da coleta de preços no varejo, ao consumidor, em quatro meses distintos: outubro de 2004, e janeiro, abril e julho de 2005. Em julho de 2006 iniciou-se a coleta de preços na região metropolitana de São Paulo para o cálculo do PCI anel. O resultado divulgado refere-se ao consumo das famílias e o projeto pretende divulgar até o final do ano as PPCs para as demais componentes do PIB: gastos do governo e formação de capital fixo, máquinas e equipamentos e construção.

É intenção do Banco Mundial e dos países tornar este projeto permanente e contínuo.

METODOLOGIA

Para cálculo da paridade do poder de compra no nível mais básico, procedeu-se à razão de preços para a mesma quantidade de um produto específico em dois países, preços estes expressos na moeda de cada país. Então, se o preço de um quilo de arroz é 500 pesos no país A e 5 reais no país B, a paridade do poder de compra entre eles consiste na razão 500/5. Significa que um real gasto em arroz no país B compra a mesma quantidade e qualidade de arroz que 100 pesos no país A. A paridade de troca de arroz para o país B comparada ao A é 100.

DATA INÍCIO DO PROGRAMA

O programa teve início em 2003, com iniciativa do Banco Mundial.

5. ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR HARMONIZADO - MERCOSUL E CHILE - IPCH

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

O objetivo fundamental do projeto é realizar estudos técnicos necessários para obter indicadores harmonizados e avançar na análise comparativa da inflação dos países do MERCOSUL e Chile.

A intenção foi estabelecer um processo de cálculo de índices sistemático e contínuo, segundo os aspectos metodológicos baseados nas definições resultantes deste estudo de forma que cada país produza um IPCH. Permite-se, assim, as análises de inflação baseadas em indicadores comparáveis.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

Foi estabelecido um programa de trabalho baseado no desenvolvimento de uma metodologia comum a partir dos IPCs nacionais de cada um dos países participantes. Este programa aborda aspectos que requerem uma maior harmonização de forma a alcançar a máxima cobertura do índice harmonizado.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA

No que se refere à cobertura geográfica e de população, foi observada a representatividade e comparabilidade dos indicadores. Para tanto, foram estudados os critérios estabelecidos nos IPCs nacionais de cada país e foi identificado o percentual da população urbana coberta pelo IPC oficial.

PERIODICIDADE

Foi divulgado pelo IBGE, numa publicação em português e espanhol, o estudo de harmonização dos Índices de Preços dos países do Mercosul e Chile no período de 1999 a 2004. Pretende-se estabelecer com os demais países uma periodicidade fixa para divulgar a série tempestivamente.

METODOLOGIA

Para proceder ao processo de harmonização foram realizados estudos comparativos das metodologias de fórmula de cálculo, cálculos específicos, a comparação das cestas de produtos e serviços e um glossário.

Os cinco países “harmonizados” utilizam a fórmula de cálculo de Laspeyres ao nível geral, embora sejam distintas as fórmulas ao nível elementar.

Utilizou-se a COICOP – Classification of Individual Consumption According to Purpose, que classifica os produtos segundo o critério de finalidade de uso, como classificação comum entre os países.

DATA INÍCIO DO PROJETO

Dezembro de 1998 a dezembro de 2001 – sob a secretaria técnica da CEPAL.

A partir de 2002, sob a cooperação técnica da U.E., Mercosul e Chile.

(continua)

		ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO - OBJETIVO	PERÍODO DE COLETA (aproximado)	DATA LIMITE DE DIVULGAÇÃO	OBJETIVOS
S N P C I P C	I N P C	Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba, além de Brasília e o município de Goiânia	Famílias com Chefes assalariados e rendimento mensal entre 1 e 8 salários mínimos	Dia 1 a 30 do mês de referência	De acordo com cronograma de divulgação	Produzido pelo IBGE desde março de 1979, e divulgado a partir de abril de 1979, como medida de correção do poder de compra dos salários. Foi utilizado para reajuste salarial, através da Lei nº 6708, de 30/10/1979 e para correção dos aluguéis, através da Lei nº 7069 de 20/12/1982. Deixou de ser indexador oficial de salários e aluguéis em 11/85. Foi utilizado pelo governo para diversos fins, destacando-se as Leis: 8222 de 05/09/91 e 8419 de 07/05/92 que identificam a utilização do INPC na política nacional de salários até agosto de 1992; 8200 de 28/06/91, que dispõe sobre a correção monetária das demonstrações financeiras para efeitos fiscais e societários (revogada pela Medida Provisória nº 312, de 11/02/93); e 8212 e 8213, de 24/07/91, que dispõem sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social - ajuste dos salários-de-contribuição (em vigor até 12/92). Atualmente, o INPC é utilizado para reajustar os valores do depósito recursal (art. 899 da CLT), de acordo com o parágrafo 4º, art. 8º da Lei nº 8542, de 23/12/92. A Medida Provisória nº 1053, de 30/06/95 estabelece que o INPC substitui o IPC-r para os fins previstos na Lei nº 8880, de 27/05/94, parágrafo 6º, art. 20 (correção dos valores dos benefícios pagos com atraso pela Previdência Social); e parágrafo 2º, art. 21 (correção dos salários-de-contribuição computados no cálculo do salário-de-benefício). O Decreto nº 1544, de 30/06/95 estabelece que na hipótese de não existir previsão de índice de preços substituto, e caso não haja acordo entre as partes, a média dos índices de preços de abrangência nacional a ser utilizada nas obrigações e contratos anteriormente estipulados com reajustamento pelo IPC-r, a partir de 1º de julho de 1995, será a média aritmética simples do INPC e do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI. A Medida Provisória nº 1415, de 29/04/96 estabelece que a partir da referência maio de 1996, o IGP-DI substitui o INPC para os fins previstos no parágrafo 6º, art. 20 e no parágrafo 2º, art. 21, ambos da Lei nº 8880, de 27/05/94.
	I P C A	Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba, além de Brasília e o município de Goiânia	Famílias com Rendimento mensal entre 1 e 40 salários mínimos	Dia 1 a 30 do mês de referência	De acordo com cronograma de divulgação	Produzido pelo IBGE desde dezembro de 1979, e divulgado a partir de janeiro de 1980, como medida de inflação da economia. Foi utilizado como indexador oficial do país, corrigindo salários, aluguéis, taxa de câmbio, além de todos os demais ativos monetários, de acordo com o Decreto nº 91990, de 27/11/85. Deixou de ser indexador oficial em 10/03/86. Utilizado para reajuste dos contratos de locação residencial (anteriormente vinculados ao Índice de Salários Nominais Médios - ISN - extinto em 01/08/92), de acordo com o proposto na Lei nº 8494, de 23/11/92, do Ministério da Fazenda. A partir de Janeiro de 1998 começou a ser calculado e divulgado o IPCA sazonalmente ajustado. A partir de julho de 1999 o Banco Central do Brasil passará a adotar o sistema de metas de inflação para o balizamento da política monetária. Para tanto o IPCA foi escolhido como o índice de inflação relevante para o acompanhamento das metas.

NOTAS: (1) Goiânia foi integrada ao sistema em janeiro de 1991.

(2) A partir do mês de referência julho de 2006, a população-objetivo do INPC inclui famílias com chefes assalariados e rendimento mensal entre 1 a 6 salários mínimos.

QUADRO II - ÍNDICES CRIADOS A PARTIR DO SISTEMA - EM PRODUÇÃO
(continuação)

ÍNDICES NACIONAIS	ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO - OBJETIVO	PERÍODO DE COLETA (aproximado)	DATA LIMITE DE DIVULGAÇÃO	OBJETIVOS
ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO ESPECIAL (IPCA-E)	Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba, Além de Brasília e o município de Goiânia	Famílias com Rendimento mensal entre 1 e 40 salários mínimos	Dia 16 do mês anterior a 15 do mês de referência	Até o penúltimo dia útil do trimestre	Criado a partir da Lei nº 8383, de 30/12/91, passou a ser divulgado em janeiro de 1992, com o objetivo de reajustar a Unidade Fiscal de Referência - UFIR. O Decreto nº 1066, de 27/02/94, indica a utilização do IPCA-E como uma das bases no cálculo da Unidade Real de Valores - URV. A Lei nº 8880, de 27/05/94 ratifica a utilização do IPCA-E para reajustar a UFIR. A Medida Provisória nº 812, de 30/12/94, convertida na Lei nº 8981, de 20/01/95, estabelece que a partir de janeiro de 1995, o IPCA-E será divulgado trimestralmente, conforme a UFIR que passa a ser fixa por períodos trimestrais. A Medida Provisória nº 1053, de 30/06/95 estabelece que a partir de 1º de janeiro de 1996, a UFIR, criada pela Lei nº 8383, de 30/12/91, será reajustada semestralmente, sem contudo alterar a periodicidade de divulgação do IPCA-E. A Medida Provisória nº 1540 - 21, de 13/02/97 estabelece, no art. 6º, que a partir de 1º de janeiro de 1997 a UFIR será reajustada anualmente. A UFIR foi extinta a partir de 27 de dezembro de 2000, de acordo com a Medida Provisória nº 2.095-70, Art 29, parágrafo 3º.
ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR ESPECIAL (INPC-E)	Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba, além de Brasília e o município de Goiânia	Famílias com chefes Assalariados e Rendimento mensal entre 1 e 8 salários mínimos	Dia 16 do mês anterior a 15 do mês de referência	Até o penúltimo dia útil do mês de referência	Fornecer a evolução mensal de preços ao nível do consumo com abrangência nacional. Passou a ser divulgado em 11/92, com a série iniciada em 01/92. Deixou de ser divulgado em 07/94 após a implantação do Real.

QUADRO II - ÍNDICES CRIADOS A PARTIR DO SISTEMA - EM PRODUÇÃO
(continuação)

ÍNDICES NACIONAIS	ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO - OBJETIVO	PERÍODO DE COLETA (aproximado)	DATA LIMITE DE DIVULGAÇÃO	OBJETIVOS
ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR-15 (IPCA-15)	Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba, além de Brasília e o município de Goiânia	Famílias com Rendimento mensal de 01 a 40 salários mínimos	Dia 16 do mês anterior a 15 do mês de referência	De acordo com cronograma de divulgação disponível na homepage do IBGE	A partir de maio de 2000, o IBGE passou a disponibilizar em sua homepage este resultado com o objetivo de instrumentalizar análises sobre a inflação.

QUADRO III - ÍNDICES CRIADOS A PARTIR DO SISTEMA - FORA DE PRODUÇÃO
(continuação)

ÍNDICES NACIONAIS	ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO - OBJETIVO	PERÍODO DE COLETA (aproximado)	DATA LIMITE DE DIVULGAÇÃO	OBJETIVOS
ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC)	Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba, além de Brasília e o município de Goiânia	Famílias com chefes Assalariados e Rendimento mensal Entre 1 e 8 Salários mínimos	Dia 16 do mês anterior a 15 do mês de referência	Último dia útil do mês de referência	Regulamentado em 13/05/86, através da Portaria nº 64, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, considerando o disposto no Decreto-lei nº 2284, de 10/03/86, para ser o indexador oficial da economia. Foi utilizado como tal até março de 1990, sendo calculado até fevereiro de 1991, e posteriormente extinto, por orientação ministerial em março de 1991.
ÍNDICE DE REAJUSTE DE VALORES FISCAIS (IRVF)	Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo	Famílias com chefes Assalariados e Rendimento mensal Entre 1 e 8 Salários mínimos	Dia 23 do mês anterior a 22 do mês de referência	Último dia útil do mês de referência	Regulamentado em 26/06/90, através da Portaria nº 368 do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, considerando o disposto no art. 1º da Medida Provisória nº 189, de 30/05/90, para correção do Bônus do Tesouro Nacional - BTN. Foi utilizado até janeiro de 1991, sendo posteriormente extinto através da Lei nº 8177, em 01/03/91.
ÍNDICE DA CESTA BÁSICA (ICB)	Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba, além de Brasília e o município de Goiânia	Famílias com chefes Assalariados e Rendimento mensal De até 2 Salários mínimos	Dia 16 do mês anterior a 15 do mês de referência	Último dia útil do mês de referência	Regulamentado em 13/07/90, através da Portaria nº 416 do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, visando a execução do disposto no art. 5º da Lei nº 8030, de 12/04/90 (cesta básica), com o objetivo de corrigir o salário mínimo. Foi utilizado até 01/91, sendo posteriormente extinto através da Lei nº 8177, de 01/03/91.
ÍNDICE DE REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO (IRSM/1991)	Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba, além de Brasília e o município de Goiânia	Famílias com Rendimento mensal De até 2 Salários mínimos	Dia 1 a 30 do mês de referência	Até o oitavo dia útil do mês seguinte ao de referência	Regulamentado em 09/05/91, através da Portaria nº 359 do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, visando a execução do disposto no parágrafo 2º do artigo 9º da Lei nº 8178, de 01/03/91 (política salarial/cesta básica), com o objetivo de reajustar os abonos concedidos no período de 01/03/91 a 31/08/91. A lei nº 8222, de 05/09/91 instituiu uma nova política nacional de salários, inclusive para o salário mínimo com reajustes através do INPC.

QUADRO III - ÍNDICES CRIADOS A PARTIR DO SISTEMA - FORA DE PRODUÇÃO
(continuação)

ÍNDICES NACIONAIS	ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO - OBJETIVO	PERÍODO DE COLETA (aproximado)	DATA LIMITE DE DIVULGAÇÃO	OBJETIVOS
IPC-RJ e IPC-SP (faixa restrita)	Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo	Famílias com chefes assalariados e rendimento mensal entre 1 e 8 salários mínimos	1ª quadrissemana: dia 8 do mês anterior a 7 do mês de referência	De quatro a cinco Dias úteis após o término da coleta do período de referência	Fornecer a evolução a cada semana dos preços ao nível do consumo nas duas principais metrópoles brasileiras. Seguem integralmente a metodologia do SNIPC. Passaram a ser divulgados em 11/92. Deixaram de ser divulgados em 07/94, após a implantação do Real.
IPC-RJ e IPC-SP (faixa ampla)		Famílias com rendimento mensal entre 1 e 40 salários mínimos	2ª quadrissemana: dia 16 do mês anterior a 15 do mês de referência		
			3ª quadrissemana: dia 23 do mês anterior a 22 do mês de referência		
			4ª quadrissemana: dia 1 a 30 do mês de referência		

QUADRO III - ÍNDICES CRIADOS A PARTIR DO SISTEMA - FORA DE PRODUÇÃO
(conclusão)

ÍNDICES NACIONAIS	ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO - OBJETIVO	PERÍODO DE COLETA (aproximado)	DATA LIMITE DE DIVULGAÇÃO	OBJETIVOS
ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, série r (IPC-r)	Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba, Além de Brasília e o município de Goiânia	Famílias com chefes assalariados e rendimento mensal entre 1 e 8 salários mínimos	Dia 16 do mês anterior a 15 do mês de referência	Até o penúltimo dia útil do mês de referência	<p>Fornecer a variação mensal do custo de vida em REAL.</p> <p>Regulamentado em 29/06/94, através da Portaria nº 389 do Ministério da Fazenda e Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação, visando o disposto no art. 17 da Lei nº 8880, de 27/05/94.</p> <p>Através da Lei nº 8880 fica estabelecida a aplicação do IPC-r, em Política Salarial, para reajuste dos salários dos trabalhadores em geral; do salário mínimo; e das tabelas de vencimentos, soldos e salários e de funções de confiança e gratificadas dos servidores públicos, civis e militares da União. E também para correção dos benefícios da Previdência Social e dos proventos da inatividade e das pensões decorrentes do falecimento do servidor público civil e militar.</p> <p>No art. 27 da Medida Provisória nº 542, de 30/06/94, fica estabelecido o uso do IPC-r para correção, por disposição legal ou estipulação de negócio jurídico, da expressão monetária de obrigação pecuniária, contraída a partir de 01/07/94, exceto para alguns tipos de contrato.</p> <p>E no art. 28, tem-se como opção o uso do IPC-r para amortização de saldo devedor nos contratos com prazo superior a um ano.</p> <p>A Medida Provisória nº 1053, de 30/06/95 estabelece que o IBGE a partir de 01/07/95 deixa de calcular e divulgar o IPC-r.</p>

NOTA: Goiânia foi integrada ao sistema em janeiro de 1991.

COORDENAÇÃO DE INDÚSTRIA – COIND

1. PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL - PIA

Dada a crescente e diversificada demanda por Estatísticas Empresariais e os problemas enfrentados para o seu atendimento em tempo hábil, o IBGE implantou o Programa de Modernização das Estatísticas Econômicas, com uma proposta mais integrada e ágil, composto por um sistema articulado de pesquisas desenhadas a partir de um Cadastro Central de Empresas do IBGE (CEMPRE). A articulação intra e intersistemas é viabilizada, por sua vez, pela adoção de uma classificação de atividade padrão (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE), de unidades de investigação uniformes (empresas e unidades locais), de um corpo conceitual comum e de procedimentos metodológicos padronizados, garantindo a organicidade do novo sistema de estatísticas econômicas.

Neste sistema de informações a Pesquisa Industrial Anual (PIA) passa a ser o núcleo central do subsistema de estatísticas industriais e visa a delinear a estrutura industrial sob duas óticas distintas: das atividades industriais e dos produtos industriais fabricados no País, desdobrando-se, para isso, em duas pesquisas: a de Empresa e a de Produto.

1.1 – Pesquisa Industrial Anual - Empresa

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Tem o duplo objetivo de caracterizar a estrutura industrial através do levantamento de dados econômico-financeiros das empresas industriais, que permitam estimativas por atividade do valor adicionado, emprego, salários e formação de capital (demandas da contabilidade nacional), e de se constituir no núcleo em torno do qual se articulam as demais pesquisas sobre a indústria.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS

A) Na Empresa:

- Total do Pessoal Ocupado;
- Total dos Salários, Retiradas e Outras Remunerações;
- Encargos Sociais e Trabalhistas;
- Total dos Gastos de Pessoal;
- Total da Receita Líquida de Vendas;
- Total das Receitas Operacionais e Não-Operacionais;
- Consumo de Matérias-Primas;
- Custos das Operações Industriais;
- Total dos Custos e Despesas;
- Aquisições de Ativos Tangíveis;
- Baixas de Ativos Tangíveis;
- Total do Ativo (a partir do ano 2000)
- Valor Bruto da Produção Industrial; e
- Valor da Transformação Industrial.

B) Na Unidade Local:

- Total do Pessoal Ocupado;
- Total dos Salários, Retiradas e Outras Remunerações;
- Encargos Sociais e Trabalhistas;
- Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços Industriais;

- Total de Receita Líquida de Vendas;
- Consumo de Matérias-Primas;
- Custos das Operações Industriais;
- Valor Bruto da Produção Industrial; e
- Valor da Transformação Industrial.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO:

A) Para Empresa:

- Brasil.

B) Para Unidade Local:

- Brasil e Unidades da Federação.

PERIODICIDADE

Anual.

METODOLOGIA

O âmbito da pesquisa compreende todas as empresas industriais com cinco ou mais pessoas ocupadas e suas respectivas unidades locais, que tenham registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ). A unidade básica de seleção é a empresa.

É no nível da empresa que são organizados os registros contábeis e econômico-financeiros da firma. Portanto, a empresa é a unidade adequada para a observação do conjunto de variáveis a partir das quais são construídas estimativas de valor adicionado, conceito chave na mensuração da atividade econômica. Por outro lado, é notória a diversificação das empresas industriais em termos de locais de atuação e tipo de atividade. Para dar conta desta característica da produção industrial, a PIA complementa o enfoque empresa com a identificação de algumas variáveis coletadas apenas no nível das unidades locais, cujo objetivo é servir de parâmetro para o rateio das variáveis coletadas apenas no nível da empresa.

A amostra é composta por dois estratos: estrato certo, composto pelas empresas com 30 ou mais pessoas ocupadas, e estrato probabilístico, de empresas que possuam entre 5 e 29 pessoas ocupadas. Como não existem mais levantamentos censitários, a PIA-Empresa torna-se central no subsistema de estatísticas industriais, conseqüentemente o seu estrato certo precisa conter, com certeza, as grandes e médias empresas, ou seja, aquelas que apresentam um maior grau de complexidade na organização espacial e por atividades, para possibilitar o acompanhamento longitudinal de um amplo e representativo conjunto de empresas. A pesquisa reformulada teve como início o ano de referência 1996. A partir do ano de referência 2005 o âmbito da pesquisa se ampliou para todas as empresas industriais.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

1966.

A pesquisa não foi realizada nos anos censitários de 1970, 1975, 1980 e 1985, e também em 1991. Em 1971 a pesquisa não foi divulgada.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do ano de referência N são levantadas no ano N+1 e divulgadas no primeiro semestre do ano N+2.

1.2. Pesquisa Industrial Anual – Produto

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

A PIA-Produto forma com a PIA-Empresa, o núcleo central das estatísticas industriais. Estas pesquisas são a base de referência para o desenho de pesquisas conjunturais, como a PIM-PF,, e de pesquisas satélites.

Tem por objetivos principais:

- disponibilizar informações abrangentes e atualizadas sobre a produção de bens e serviços industriais, com um grau de detalhe que permita o estudo de uma ampla seleção de produtos, a análise de seus mercados e a evolução de suas séries cronológicas; e

- apresentar informações sobre a produção industrial que podem ser articuladas com os dados de comércio externo.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

A) Na Unidade Local:

- Receita Líquida de Vendas.

B) Por Produto:

- Quantidade Produzida;
- Quantidade Vendida; e
- Valor de Vendas.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO:

Brasil.

PERIODICIDADE

Anual.

METODOLOGIA

O âmbito da PIA-Produto é semelhante ao da PIA-Empresa, ou seja, é dado pelo conjunto de empresas que têm registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) e estão classificadas no Cadastro Central de Empresas do IBGE (CEMPRE), e têm cinco ou mais pessoas ocupadas. A unidade de investigação da PIA-Produto é a unidade local produtiva industrial.

A PIA-Produto é organizada segundo as categorias de atividades definidas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), assim como todas as pesquisas econômicas implantadas a partir de 1996. O registro da informação de produtos e serviços se dá, na pesquisa de produto, através de uma lista de produtos e serviços pré-estabelecida, a PRODLIST-IND - Lista de Bens e Serviços Industriais, referência básica para os levantamentos da produção nacional.

Na seleção dos informantes da PIA-Produto utiliza-se a amostragem intencional, com base no valor das expedições (Receita Líquida de Vendas Industriais mais Transferências de Produtos e Serviços) das unidades locais industriais produtivas. De modo geral, salvo algumas exceções, para cada classe da CNAE (4 dígitos), são selecionadas, na PIA-Empresa, as unidades locais produtivas industriais que representam 80% do valor das expedições daquele nível. Também são incluídas todas as empresas do grupo das 1000 maiores e todas as com 200 ou mais empregados, que não tenham sido selecionadas pelo critério anterior. A partir do ano de referência 2005 a amostra da pesquisa é constituída por todas as empresas industriais com 30 ou mais pessoas ocupadas.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

1998.

As primeiras informações estatísticas sobre produto, que consistiam em um subconjunto da Pesquisa Industrial Anual iniciada em 1966, foram divulgadas de 1966 até 1969, e de 1973 a 1979. Não houve registros para os anos do Censo Industrial – 1975 e 1980. Em 1981 ocorreu a última divulgação com este formato. A partir de 1998, tem início a série específica da Pesquisa Industrial Anual – Produto.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do ano de referência N são levantadas no ano N+1 e divulgadas no primeiro semestre do ano N+2.

2. PESQUISA ANUAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO - PAIC

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

A Pesquisa Anual da Indústria da Construção, realizada a partir do ano de 1990, levanta dados econômico-financeiros do universo das empresas de construção, permitindo conhecer a configuração estrutural da Indústria da Construção e sua evolução temporal, ampliando as possibilidades de estudos e análises sobre o setor.

A partir de 1996 a pesquisa passa a adotar a Classificação Nacional de Atividades Econômicas e sua amostra é um painel intencional que cobre todas as empresas com 40 ou mais pessoas ocupadas. Desde o ano de referência 2002, a amostra da pesquisa passa a contemplar o universo das empresas de construção.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS

Na Empresa:

- Total do Pessoal Ocupado;
- Total dos Salários, Retiradas e Outras Remunerações;
- Encargos Sociais e Trabalhistas;
- Total dos Gastos de Pessoal;
- Total da Receita Líquida;
- Total das Receitas Operacionais e Não-Operacionais;
- Consumo de Materiais de Construção;
- Composição dos Custos;
- Total dos Custos e Despesas;
- Aquisições de Ativos Tangíveis;
- Baixas de Ativos Tangíveis;
- Total do Ativo (a partir do ano 2000);
- Valor Bruto da Produção;
- Tipos de Obras e/ou Serviços da Construção Executados;
- Obras e/ou Serviços de Construção por Tipo de Cliente (entidades públicas ou entidades privadas); e
- Valor Adicionado.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Brasil, Regiões e Unidades da Federação.

PERIODICIDADE

Anual.

METODOLOGIA

O âmbito da pesquisa compreende todas as empresas de construção que tenham registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ). A unidade de investigação é a empresa.

É no nível da empresa que são organizados os registros contábeis e econômico-financeiros da firma. Portanto, a empresa é a unidade adequada para a observação do conjunto de variáveis a partir das quais são construídas estimativas de valor adicionado, conceito chave na mensuração da atividade econômica. Por outro lado, é notória a existência de empresas de múltiplas localizações. Para dar conta desta característica, complementa-se o enfoque empresa com a investigação de algumas variáveis no nível das Unidades da Federação.

A amostra é composta por três estratos: um estrato certo, com todas as empresas com 30 ou mais pessoas ocupadas; e dois estratos amostrados, um com empresas que possuam entre 5 e 29 pessoas ocupadas; e outro, de empresas com até 4 pessoas ocupadas. Como não existem mais levantamentos censitários, a PAIC torna-se central no subsistema de estatísticas de construção, conseqüentemente o seu estrato certo precisa conter, com certeza, as grandes e médias empresas, ou seja, aquelas que apresentam um maior grau de complexidade na organização espacial e por atividades, para possibilitar o acompanhamento longitudinal de um amplo e representativo conjunto de empresas. A pesquisa reformulada teve como início o ano de referência 2002.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

1990.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do ano de referência N são levantadas no ano N+1 e divulgadas no primeiro semestre do ano N+2.

3 - PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE PRODUÇÃO FÍSICA - PIM-PF

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Produz indicadores de produção física com o objetivo de fornecer mensalmente uma estimativa do movimento de curto prazo do produto real da indústria. Seus resultados são utilizados na mensuração preliminar da taxa de variação da componente industrial do Produto Interno Bruto (PIB).

PRINCIPAL VARIÁVEL INVESTIGADA

Quantidade produzida.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Brasil - São divulgados, para Brasil, índices para 27 atividades industriais; 4 grandes categorias de uso (capital, intermediários, consumo durável e consumo semidurável e não durável); e 76 subsetores industriais.

Regionalmente - Os índices são divulgados em nível de atividades industriais e cobrem as seguintes áreas: Amazonas, Pará, Região Nordeste, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás.

PERIODICIDADE

Mensal.

METODOLOGIA

O painel de produtos e informantes toma como base a PIA PRODUTO, onde são selecionados os produtos que responderam por, no mínimo, 80% do Valor de Produção da atividade. De posse dos produtos, buscam-se os informantes que responderam por cerca de 70% da produção de cada produto.

A pesquisa abrange cerca de 830 produtos e 3700 unidades informantes, totalizando cerca de 4900 informações mensais, a partir de janeiro de 2002. Para a Indústria Geral, em termos de Valor da Transformação Industrial, os produtos selecionados alcançam os seguintes níveis de cobertura: Amazonas, 38 produtos (72%); Pará, 23 produtos (73%); Região Nordeste, 162 produtos (62%); Ceará, 62 produtos (61%); Pernambuco, 76 produtos (50%); Bahia, 79 produtos (66%); Minas Gerais, 143 produtos (64%); Espírito Santo, 24 produtos (71%); Rio de Janeiro, 137 produtos (56%); São Paulo, 490 produtos (55%); Paraná, 136 produtos (52%); Santa Catarina, 113 produtos (50%); Rio Grande do Sul, 197 produtos (55%); e Goiás, 49 produtos (46%).

O sistema de cálculo dos índices de quantum da pesquisa está organizado para produzir índices segundo:

- Indústria Geral, Classes de Indústria (Extrativa Mineral e Transformação) e atividades industriais. O peso de cada atividade e de cada produto reflete sua importância na formação do valor da transformação industrial
- Categorias de Uso e subsetores industriais. Esses índices não são agregados para determinar a taxa referente à Indústria Geral.

Os procedimentos de cálculo dos índices conjunturais da indústria, nos diversos níveis de agregação, baseiam-se no método de Laspeyres, base fixa em cadeia, com atualização de pesos, considerando-se para cada par de meses painéis homogêneos, o que possibilita a atualização da amostra de informantes no tempo.

Quanto aos períodos em comparação, são divulgados os seguintes tipos de índices:

- Índice de Base Fixa Mensal (número-índice) - compara a produção do mês de referência do índice com a média mensal produzida no ano base de comparação (2002). Todos os demais índices são derivados do número-índice;
- Índice Mensal - compara a produção do mês de referência do índice em relação a igual mês do ano anterior;
- Índice Acumulado - compara a produção acumulada no ano, de janeiro até o mês de referência do índice, em relação a igual período do ano anterior;
- Índice Acumulado 12 meses - compara a produção nos últimos 12 meses de referência do índice, em relação a igual período imediatamente anterior.

São calculados, também, para Brasil, índices de base fixa com ajustamento sazonal, utilizando-se o método X-12.

ANO EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

1970.

A série histórica dos índices mensais tem início em 1971 para o Brasil; em 1981, para as regiões Nordeste e Sul e para os estados: Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; em 1991, para Ceará e Espírito Santo; e, na atual pesquisa, em 2002, para Amazonas, Pará e Goiás.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do mês de referência M são levantadas no mês M+1 e divulgadas no mês M+2.

4. PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE EMPREGO SALÁRIO - PIMES

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Produz indicadores mensais sobre o mercado de trabalho industrial, através do acompanhamento das informações relativas a: pessoal ocupado, horas pagas e folha de pagamento.

ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

Os resultados da pesquisa são divulgados para 18 detalhamentos de atividades da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) para as seguintes áreas: Brasil; Regiões Norte e Centro-Oeste; Região Nordeste; Região Sudeste; Região Sul; Ceará; Pernambuco; Bahia; Minas Gerais; Espírito Santo; Rio de Janeiro; São Paulo; Paraná; Santa Catarina; e Rio Grande do Sul .

PERIODICIDADE

Mensal.

METODOLOGIA

O cadastro de seleção da PIMES é o Cadastro Central de Empresas do IBGE – CEMPRES, delimitado pelo conjunto das Unidades Locais – UL, que satisfazem os seguintes requisitos:

- a UL deve pertencer a uma empresa industrial, com 5 ou mais pessoas ocupadas;
- a UL deve estar classificada no CEMPRES, como produtiva industrial; e
- a UL deve ter 5 ou mais pessoas ocupadas.

A classificação de atividades empregada é a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), especificamente as seções C – Indústria Extrativa e a D – Indústria de Transformação .

A PIMES investiga as seguintes variáveis: pessoal ocupado assalariado, admissões, desligamentos, número de horas pagas e valor da folha de pagamento. Os indicadores para esta última variável são apresentados em termos nominais (valores correntes) e reais, deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do IBGE.

ANO EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

1968 .

A Pesquisa Industrial Mensal - Dados Gerais foi iniciada em 1968. Em 1985, a amostra passa a ser probabilística. A partir de 2001 a pesquisa foi reformulada, deixando de levantar informações relativas ao valor da produção industrial e passando a ser denominada Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do mês de referência M são levantadas no mês M+1 e divulgadas no mês M+2.

5 – PESQUISA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (PINTEC)

A PINTEC, realizada com o apoio da FINEP, levanta informações sobre as atividades tecnológicas desenvolvidas e implementadas pelas empresas, suas motivações para inovar e os obstáculos encontrados; as formas como incorporam a inovação nos seus produtos e processos de produção, e os impactos dessas inovações no desempenho das empresas. Suas informações possibilitam construir indicadores nacionais e regionais sobre o processo de inovação tecnológica empresarial, compatíveis com as recomendações internacionais.

A PINTEC foi realizada para os anos de referência 2000 e 2003. Atualmente, estão sendo coletadas as informações para a edição de 2005 desta pesquisa, que além das indústrias extrativas e de transformação, passa a incorporar alguns segmentos do setor de serviços: telecomunicações; informática; e empresas de P&D. O âmbito da pesquisa são as empresas de 10 ou mais pessoas ocupadas e a amostra para 2005 é de 14.400 empresas.

6. ÍNDICE DE PREÇOS AO PRODUTOR

A COIND está desenvolvendo os trabalhos de montagem de um índice de preços industriais que complemente o conjunto de indicadores econômicos conjunturais do IBGE, denominado Índice de Preços ao Produtor – IPP. Numa primeira etapa, esse índice objetiva mensurar a trajetória dos preços dos produtos da indústria de transformação devendo, num segundo momento, se ampliar para outros setores, como extração mineral; agropecuária e serviços.

O índice de preços ao produtor tem como principal objetivo mensurar a evolução média dos preços de venda recebidos pelos produtores domésticos de bens e serviços, de modo a acompanhar sua evolução no tempo.

A amostra de informantes e o painel de produtos selecionados são fortemente articulados à amostra da Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física. Atualmente o projeto encontra-se na fase de definição detalhada da descrição dos produtos que seja adequada à coleta sistemática de preços, ou seja, é a fase de definição das características básicas do produto e das formas de transação dos mesmos, para que em cada informante se estabeleça uma específica linha de produtos a ser acompanhada. Será realizada uma pesquisa piloto no segundo semestre de 2006 e a coleta sistemática de preços será implantada ao longo de 2007.

COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS – COPIS

1. SISTEMA DE INDICADORES SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Produção, Sistematização e Análise de um conjunto de informações e indicadores sócio-demográficos da população brasileira. Os principais dados utilizados são os provenientes dos Censos Demográficos, PNADs e outros Sistemas Oficiais de Informações Domiciliares

Os principais temas abordados são: Aspectos Demográficos; Educação; Crianças Adolescentes e Jovens; Famílias; Mulher; Trabalho e Rendimento; Saúde; Cor/Raça; Idosos; Indicadores Municipais; Indicadores de Pobreza; Saneamento e Habitação; e Violência.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS

Seleção de variáveis pertinentes a cada tema específico. São divulgados os indicadores relativos a cada tema.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e, para alguns aspectos, Regiões Metropolitanas.

PERIODICIDADE

Anual.

METODOLOGIA

Apresentação de indicadores, taxas, distribuições percentuais sob a forma de cartogramas, gráficos, quadros e tabelas sobre os temas abordados.

DATA EM QUE SE INICIOU O PROJETO

1987.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA E DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do ano de referência N são levantadas no ano N-1 e divulgadas no primeiro semestre do ano N+1.

2. PESQUISA ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Esta pesquisa tem por objetivo o levantamento de informações cadastrais e gerais de todos os estabelecimentos de saúde no País, sejam públicos ou privados, com ou sem internação.

As informações da pesquisa são fundamentais para a identificação de demandas regionais de investimentos públicos no setor, notadamente em relação à organização municipalizada da gestão dos recursos.

Foi profundamente reformulada em 1985, 1992 e 1999, introduzindo variáveis que atendessem às demandas do setor saúde.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

- identificação do estabelecimento;
- caracterização do estabelecimento;
- identificação da mantenedora;
- instalação física;
- utilização da capacidade instalada;
- produção de serviços por espécie de atendimento e clínica médica;
- nascidos vivos e óbitos hospitalares;
- número de leitos;
- contratos e convênios;
- recursos humanos;
- número de partos realizados por tipo; e
- consultas médicas e odontológicas, atendimentos elementares, de urgência, diagnóstico e terapêutico.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Todo o território nacional. Dados divulgados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Municípios.

FORMA DE DIVULGAÇÃO

Os resultados da Pesquisa AMS, até 1985, estão publicados na série Estatísticas de Saúde que conta com 16 volumes. Para facilitar o acesso dos usuários aos dados, os resultados da pesquisa de 1992 estão divulgados em dois produtos: dados cadastrais, apresentados através de um sistema que permite a visualização, gravação e impressão de informações selecionadas pelo próprio usuário, até o nível de subdistrito; dados agregados apresentados em forma de tabelas que permitem que os dados agregados sejam trabalhados contemplando uma série de funções aritméticas e gráficas, de modo a modificar a informação inicial de acordo com as necessidades do usuário. O programa permite selecionar o conjunto de valores a serem apresentados, conforme o interesse de análise, bem como a conversão de cada tabela para uma série de formatos de saída, como por exemplo, gráficos. Em 1999/2000 os dados foram divulgados em CD-ROM com microdados desidentificados e dados analisados, além de uma publicação.

PERIODICIDADE

Anual (interrompida em 1991 e de 1993 a 1998) e a partir de 1999, bianual e/ou assinatura de Convênio com o Ministério da Saúde.

METODOLOGIA

Pesquisa censitária realizada através de questionário fechado junto a todos os estabelecimentos que prestaram serviços de saúde à população.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

1948 - foi incorporada ao plano das Campanhas Estatísticas do IBGE;
1975 - o IBGE assumiu a responsabilidade por todas as fases da pesquisa (do planejamento à divulgação);
1985 - 1ª reformulação;
1992 - 2ª reformulação;
1999 - 3ª reformulação; e
2002 - 4ª reformulação
2005 -

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA E DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do ano de referência N são levantadas no ano N e divulgadas no ano N+1.

3. PESQUISA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico investiga as condições de saneamento básico de todos os municípios brasileiros, através da atuação dos órgãos estaduais, municipais e empresas privadas que atuam neste setor, permitindo uma avaliação sobre a oferta e a qualidade dos serviços prestados, além de possibilitar análises das condições ambientais e suas implicações diretas com a saúde e a qualidade de vida da população. A Pesquisa PNSB utiliza quatro questionários:

- Abastecimento de Água;
- Esgotamento Sanitário;
- Limpeza Pública e Coleta de Lixo; e
- Drenagem Urbana.

Seus instrumentos de coleta foram elaborados com base em contatos com órgãos públicos e entidades privadas do setor, permitindo, assim, uma avaliação mais precisa da oferta e da qualidade dos serviços de saneamento em âmbito nacional.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

- Abastecimento de Água:
 - constituição jurídica da prestadora do serviço;
 - mananciais utilizados;
 - forma de proteção existente na área de captação do principal manancial;
 - forma de contaminação existente no principal manancial antes da captação;
 - tipo de análise da água (bruta, tratada e na rede de distribuição);
 - informações sobre o sistema de abastecimento de água;
 - existência de estações de tratamento;
 - volume de água distribuída;
 - número de ligações e economias abastecidas;
 - pessoal ocupado no serviço;
 - existência de serviço de atendimento ao público; e
 - existência de programas e/ou atividades que incluíram a participação da comunidade.

Esgotamento Sanitário:

- constituição jurídica da prestadora do serviço;
- tipos de rede coletora;
- forma de tratamento do esgoto;
- corpos receptores;
- extensão da rede de esgotos;
- volume de esgoto coletado;
- número de ligações na rede coletora;
- número de economias esgotadas;
- existência de serviço de atendimento ao público; e
- existência de programas e/ou atividades que incluíram a participação da comunidade

Limpeza Pública e Coleta de Lixo:

- constituição jurídica da prestadora do serviço;
- natureza dos serviços;
- quantidade de lixo coletado;
- destino do lixo coletado;
- tipos de vazadouros de lixo;
- existência de coleta especial de lixo (industrial e/ou hospitalar);
- existência de catadores de lixo nos vazadouros;
- número de veículos e equipamentos utilizados no serviço de coleta,
- existência de coleta seletiva;
- existência de serviço de atendimento ao público; e
- existência de campanha de limpeza pública e/ou programa de educação sanitária e/ou ambiental

- Drenagem Urbana:

- Prestador do serviço de drenagem urbana;
- Caracterização do serviço de drenagem urbana;
- Extensão da rede de drenagem urbana
- Pontos de lançamento da rede
- Sistema de drenagem urbana
- Eficiência do sistema;
- Sistema de Drenagem Especial; e
- Pessoal Ocupado.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Todo o território nacional. Os resultados da pesquisa são divulgados em publicações para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios das Capitais e, também, microdados em banco multidimensional.

FORMA DE DIVULGAÇÃO

As informações para todos os municípios do país, até 1989, estão disponíveis em fita magnética.

Para a pesquisa de 2000, os dados foram divulgados em CD-ROM com microdados e dados tabulados.

PERIODICIDADE

Irregular até 1989, e a partir de 2000, mediante assinatura de convênio.

METODOLOGIA

Pesquisa censitária realizada através de questionários pela rede de coleta do IBGE junto a todas as entidades estaduais, prefeituras municipais e empresas privadas do país que prestam serviços no setor de saneamento básico.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

1974 - Inquéritos que faziam parte da Companhia Estatística.

1989 - 1ª reformulação.

2000 - 2ª reformulação.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA E DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do ano de referência N são levantadas no ano N+1 e divulgadas no ano N+2.

4. PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Levantamento das informações junto aos municípios, complementando o conjunto de indicadores municipais disponíveis nas pesquisas do IBGE. Visa a fornecer maiores detalhes sobre a oferta e o padrão dos serviços municipais disponíveis, permitindo um exame sobre as finanças municipais e aplicação de recursos, implementação do orçamento, o estágio de modernização do seu quadro técnico e da infraestrutura existente, assim como identificar os instrumentos de planejamento adotados.

A partir de 2002, a pesquisa passou a incorporar suplementos sobre temas específicos , levantando informações que permitissem a elaboração de diagnósticos setoriais e o planejamento e a elaboração de políticas públicas, bem como atender as demandas da sociedade , em geral, sobre o tema.

PRINCIPAIS TEMAS E VARIÁVEIS INVESTIGADOS:

- Informações cadastrais
- Informações sobre os prefeitos
- Estrutura Administrativa da Administração Direta e Indireta
- Legislação e instrumentos de planejamento municipal
- Recursos para a gestão municipal
- Habitação
- Segurança e Justiça
- Meio Ambiente
- Informática e serviços de atendimento ao público
- Assistência Social
- Transporte
- Estrutura Política
- Justiça e Segurança Pública
- Guarda municipal
- Instrumentos de Planejamento Urbano e Municipal
- Comércio e Serviços
- Lei Orgânica Municipal
- Plano de Governo ou de Diretrizes Governamentais
- Plano Plurianual de Investimentos
- Lei de Diretrizes Orçamentárias
- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
- Lei do Perímetro Urbano
- Lei de Zoneamento
- Estrutura Urbana
- Vias pavimentadas; vias iluminadas
- Áreas de Especial Interesse
- Serviços terceirizados no município
- Condições Habitacionais
- Informatização de algumas atividades
- Existência de programas habitacionais
- Acesso da prefeitura à internet
- Déficit habitacional
- Existência de conselhos municipais
- Unidades de conservação ambiental
- Feriados, festas e eventos municipais
- Receita patrimonial
- Transferências correntes
- Despesa por funções
- Despesa por elementos

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Todo território nacional. Dados divulgados para Brasil, Unidades da Federação e Municípios.

FORMA DE DIVULGAÇÃO

Os dados são divulgados em CD-ROM com microdados e dados tabulados e na página do IBGE na INTERNET.

PERIODICIDADE

Anual.

METODOLOGIA

Pesquisa censitária realizada através de questionários preenchidos com informações cedidas por todas as prefeituras municipais.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

1999.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA E DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do ano de referência N são levantadas no ano N e divulgadas no ano N+1.

5. PESQUISA SINDICAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

A Pesquisa Sindical é um levantamento abrangente de informações estatísticas sobre o universo de sindicatos brasileiros, tendo como principais objetivos:

- retratar a estrutura sindical brasileira, seu perfil institucional e organizacional e atividades desenvolvidas pelas entidades;
- subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas nas áreas de relações de trabalho, qualificação, treinamento e intermediação de mão-de-obra; e
- contribuir para a avaliação dos efeitos da redefinição do papel do Estado, das aberturas comercial e financeira, da reestruturação produtiva e da modernização econômica sobre as entidades sindicais de trabalhadores e empregadores.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

- identificação do sindicato
- tipo de sindicato
- movimento e caracterização dos associados
- filiação a federação, confederação, centrais sindicais e a entidades civis
- classificação das categorias profissionais ou econômicas representadas
- representação nos locais de trabalho
- comissões de conciliação prévia
- negociações coletivas
- informações sobre a diretoria
- informações sobre o estatuto
- principais serviços prestados
- cursos de educação, qualificação de mão de obra e formação sindical

- quadro de pessoal
- receita e despesa
- base territorial
- formas de comunicação
- ocorrências de greve.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Municípios.

PERIODICIDADE

Variável.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

2002.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA E DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do ano de referência N são levantadas no ano N e divulgadas no ano N.

6. COMPONENTES DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA – SISTEMA DE ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES POPULACIONAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Avaliação e aplicação das informações básicas necessárias à utilização de métodos e técnicas de análise demográfica, com o objetivo de atualizar as estimativas dos parâmetros demográficos para o Brasil, as Unidades da Federação e alguns Municípios brasileiros.

Elaboração e revisão das projeções de população em nível nacional, regional e estadual pelo método das componentes demográficas, incorporando, sempre que disponíveis, novas estimativas dos parâmetros demográficos, com vistas à reformulação, caso seja necessário, das hipóteses implícitas nas projeções de população. Elaboração das projeções de população por sexo e idade ao nível dos municípios brasileiros.

Atividades Previstas

- Elaboração da projeção oficial da população brasileira por sexo e idade para o período 1980-2050, com base nas recomendações das Nações Unidas/CELADE, incorporando informações recentes do Censo Demográfico 2000, das estatísticas vitais do registro civil e das PNADs;
- Elaboração do Banco de Indicadores Demográficos;
- Elaboração de um sistema de Tábuas Modelo de Mortalidade para o Brasil;
- Elaboração das projeções oficiais das populações das unidades da federação por sexo e idade para o período 1991 – 2030;
- Elaboração das projeções oficiais das populações dos municípios brasileiros por sexo e idade para o período 2000 – 2020; e,
- Desenvolver estudos para realizar projeções populacionais em níveis nacional, estadual e municipal, segundo a situação de residência urbana e rural.

PRINCIPAIS INDICADORES INVESTIGADOS

- volume e composição por sexo e idade da população;
- indicadores extraídos da estrutura etária da população: crescimento absoluto, crescimento relativo, taxa de crescimento, razões de sexo, razão de dependência, idades média e mediana da população, índice de envelhecimento, etc;
- taxa de fecundidade total e específica por idade e variáveis sócio-econômicas;
- taxas de mortalidade, por sexo e idade;
- tábuas de mortalidade;
- taxas brutas de natalidade e de mortalidade;
- estimativas da migração; e
- parâmetros que caracterizam a nupcialidade.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas, Municípios das capitais e, em caso de viabilidade, alguns outros Municípios brasileiros.

PERIODICIDADE

Anual, podendo ter estudos realizados e divulgados a uma periodicidade menor.

METODOLOGIA

Aplicação de diversas técnicas de análise demográfica que utilizam informações provenientes de quesitos especiais que vêm sendo investigados nos Censos Demográficos brasileiros desde 1940, em algumas PNADs das décadas de 70 e 80, nas PNADs da década de 90 e nas Estatísticas Vitais do Registro Civil.

Para a obtenção das estimativas de fecundidade podem ser utilizadas técnicas indiretas baseadas na análise combinada das informações sobre a fecundidade retrospectiva e a atual, como também modelos que utilizam somente as informações sobre a fecundidade retrospectiva e técnicas que se baseiam na estrutura etária da população. Outras estimativas podem ser derivadas diretamente a partir do total de nascidos vivos obtidos do Registro Civil, sempre que a cobertura das informações possibilite a obtenção direta dos níveis e padrões da fecundidade.

Para as estimativas de Mortalidade infanto-juvenil são aplicadas técnicas que utilizam informações sobre a sobrevivência dos filhos. Com relação às idades adultas podem ser aplicadas técnicas que permitem mensurar os níveis da mortalidade a partir de informações específicas.

As informações sobre óbitos das estatísticas do Registro Civil também proporcionam estimativas do nível e padrão etário da mortalidade, nos casos em que a cobertura das informações possibilitarem a obtenção desses indicadores.

Quanto às Migrações, são aplicadas técnicas indiretas tradicionais baseadas em informações obtidas a partir dos Censos e Pesquisas. Essas técnicas permitem estimar saldos migratórios internos, e taxas de migração e probabilidade de migrar. Deu-se início à atividade relativa à mensuração da migração internacional. Também são utilizadas informações de migração obtidas por métodos diretos.

As projeções populacionais são elaboradas pelo método das componentes. Neste caso, projetam-se independentemente os níveis e padrões da fecundidade, da mortalidade e do saldo migratório. Ao nível das Unidades da Federação, esta é uma tarefa complexa, pois há a necessidade de compatibilizar os fatos vitais (nascimentos e óbitos) e o volume de migrantes com os respectivos totais regionais, e estes com o total nacional.

Ao nível dos municípios brasileiros, para as projeções populacionais, por sexo e idade, será utilizada a metodologia conhecida como relação de coortes, combinada ao método aibi.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

Os estudos sobre os Componentes da Dinâmica Demográfica vêm sendo realizados pelo IBGE desde 1940 .

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA E DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do ano de referência são divulgadas no ano N+1.

7. ANÁLISES ESTRUTURAIS E ESPACIAIS DA POPULAÇÃO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Avaliar os impactos atuais e tendências futuras das mudanças da dinâmica demográfica, fornecendo diagnóstico da situação demográfica em seus aspectos estruturais, dinâmicos e espaciais e também desenvolver estudos e análises dos resultados dos Censos Demográficos e demais Pesquisas na Área Demográfica.

Atividade Prevista:

- Estudos, análises relativas à Pesquisa do Universo do Censo Demográfico 2000, com a elaboração da publicação Tendência Demográfica para o Brasil e cada Unidade da Federação;
- desenvolver estudos exploratórios das informações censitárias para níveis espaciais mais desagregados que o município, tais como terras indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, etc.

PRINCIPAIS INDICADORES INVESTIGADOS

- indicadores referentes à estrutura por sexo e idade;
- indicadores relativos à dinâmica demográfica; e
- indicadores referentes à distribuição espacial da população.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Municípios.

PERIODICIDADE

Anual, podendo ter estudos realizados e divulgados a uma periodicidade menor.

METODOLOGIA

Obtenção de indicadores demográficos e sócio-econômicos de forma direta que utilizam informações provenientes de quesitos investigados nos Censos Demográficos, nas PNADs e demais Pesquisas Demográficas para distintos níveis de agregação e em diferentes momentos no tempo.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

Os estudos sobre os impactos atuais e tendências futuras das mudanças na dinâmica demográfica, bem como os aspectos estruturais e espaciais, vêm sendo realizados pela área de Demografia do IBGE desde 1940.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA E DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do ano de referência N são divulgadas no ano N+1.

8. ESTIMATIVAS DE POPULAÇÃO MUNICIPAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Elaboração de estimativas de população para:

- os municípios brasileiros para cálculo do Fundo de Participação dos Estados e Municípios - FPE e FPM;
- expansão dos resultados das diversas pesquisas por amostragem do IBGE;
- as áreas propostas para constituírem novos municípios e distritos, em atendimento a disposições legais das Constituições Estaduais; e
- os municípios novos após sua instalação e dos municípios já existentes que alterem seus limites.

Elaboração de projeções de população para pequenas áreas.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

População total, por sexo e idade e por situação urbana e rural.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Brasil, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas, Municípios e Distritos.

PERIODICIDADE

Anual

METODOLOGIA

Diversos métodos e técnicas são utilizados para a estimativa da população de pequenas áreas - métodos matemáticos de participação relativa com base na tendência histórica, modelos multirregionais e modelos que utilizam variáveis sintomáticas de crescimento.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

1973

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA E DATA DE DIVULGAÇÃO

As informações do ano de referência N são divulgadas no ano N.

9. ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL

9.1 - Estatísticas Vitais e Casamentos

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Os inquéritos sobre as Estatísticas Vitais e Casamentos são levantamentos contínuos dos assentamentos dos Nascimentos, Casamentos, Óbitos e Óbitos Fetais registrados nos Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais. Seu objetivo é fornecer informações que visem a atender aos interesses de estudos demográficos, propiciando indicadores das estatísticas vitais do País, análises regionais e locais sobre fecundidade, nupcialidade e mortalidade e, ainda, contribuir para o aprimoramento dos programas governamentais nos campos escolar, previdenciário, econômico, social e da saúde pública.

A pesquisa utiliza como base um cadastro de cartórios, o qual é atualizado trimestralmente com base em informações coletadas pelos órgãos locais do IBGE, através de um questionário apropriado. São armazenadas no banco de dados as seguintes informações: nome, endereço, titular do cartório e datas de criação e instalação.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

A) Nascimentos:

- Características do registro e as individuais do nascido vivo; e
- Características dos genitores do nascido.

B) Casamentos:

- Características dos registros e as individuais dos cônjuges.

C) Óbitos:

- Características dos registros e as individuais do falecido.

D) Óbitos Fetais:

- Características do registro e as individuais do óbito fetal; e
- Características dos genitores.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Todo o território nacional.

PERIODICIDADE

Trimestral, com publicação anual dos resultados.

METODOLOGIA

Para a coleta de informações são utilizados cinco questionários (RC.1-Nascidos Vivos; RC.2-Casamentos; RC.3-Óbitos; RC.4-Óbitos Fetais; RC.10-Folha de Cadastro) e Manual de Orientação e Verificação com orientações para o preenchimento de todos os modelos. Os Cartórios do Registro Civil que possuem equipamentos de informática podem prestar as informações utilizando sistema informatizado próprio ou módulo cedido pelo IBGE.

A coleta de dados é realizada pelas Agências de Coleta que fazem a distribuição aos Cartórios dos formulários ou disquetes a serem preenchidos, em uma única via, pelos oficiais dos Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais em funcionamento no País. Os formulários ou disquetes contendo as informações sobre os registros efetuados no trimestre devem ser devolvidos em um prazo de 120 dias, a contar do início de cada trimestre.

O Agente de Coleta, ao receber os questionários, procede à verificação do seu preenchimento e do nível de qualidade, utilizando o Manual de Orientação e Verificação, digitando-os, nos casos dos questionários, ou passando pelo módulo de crítica do sistema da apuração, no caso dos cartórios informatizados. Após essa etapa, as informações em meio magnético são remetidas aos Escritórios Estaduais do IBGE, onde são agrupados para posterior encaminhamento à COPIS.

Na Gerência, as informações sofrem um processo de crítica e análise final. Uma vez finalizados os procedimentos mencionados, as informações são armazenadas na Base de Dados do IBGE, estando disponíveis para os trabalhos de divulgação. Para tanto, existe um plano de divulgação totalmente informatizado, que emite automaticamente as respectivas tabelas. Após ser sistematizado, revisado e analisado, este material é enviado à Gerência de Disseminação de Informações – DPE/GDI e, posteriormente, ao CDDI para a editoração e impressão da publicação.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

1974.

9.2 - Estatísticas Sobre as Separações Judiciais e Divórcios

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Os inquéritos sobre Separações Judiciais e Divórcios são levantamentos contínuos que têm como fonte de informação os processos registrados nas Varas de Família, Foros ou Varas Cíveis, abrangendo geograficamente todo o território nacional. O objetivo dessas pesquisas é obter informações referentes a pedidos apreciados em primeira instância e encerrados por sentença concessória ou denegatória, visando a atender ao desenvolvimento de estudos sociais e demográficos, sobretudo os de nupcialidade.

Estes levantamentos tiveram início em 1978 (ano de referência 1977), em decorrência da Lei nº 6515, de 26/12/1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos. Inicialmente, a apuração do levantamento, ao nível estadual, cabia às Fundações Estaduais que mantinham convênio com o IBGE. Nas Unidades da Federação onde isso não ocorria, esta atividade ficava a cargo da Delegacia do IBGE. Em ambos os casos a apuração era processada manualmente, utilizando-se para isso formulários próprios. A partir de 1982, o DEPIS passou a ter responsabilidade de definir os instrumentos de coleta e o manual de instruções, as normas para crítica e codificação, o plano tabular, apurar, sistematizar e divulgar os resultados.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

Características do processo em 1ª instância:

- data;
- número;
- natureza da separação ou do divórcio (consensual, não consensual); e
- ato final (data, sentença, existência ou não de recurso).

Características do Casamento:

- data; e
- regime de bens.

Características dos Cônjuges:

- número de filhos;
- responsável pela guarda do filho; e
- lugar e data do nascimento do marido e da mulher.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Todo o território nacional.

PERIODICIDADE

A periodicidade da coleta era anual até 1982, passando a trimestral a partir de 1983, com publicação anual dos resultados.

METODOLOGIA

Para a coleta de informações são utilizados dois questionários distintos (SJ-Separações Judiciais e DS-Divórcios). Os questionários são acompanhados do Manual de Orientação e Verificação elaborado para uso da Rede de Coleta, visando a melhorar a qualidade das operações de campo e a padronizar os trabalhos de verificação.

O desenvolvimento das etapas de coleta e apuração desses inquéritos é análogo ao adotado no levantamento das Estatísticas Vitais e Casamentos.

O cadastro de informantes da pesquisa foi elaborado em 1984, tendo como base o campo de identificação dos questionários coletados em 1982 e em 1983, e vem sendo atualizado a cada ano.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

1982.

10. TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS RECENTES DA POPULAÇÃO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Analisa os resultados dos Censos Demográficos, fornecendo um panorama da situação social, demográfica e econômica em seus aspectos estruturais, dinâmicos e espaciais.

Atividade Prevista:

- Estudos e análises relativas à Pesquisa do Universo e da Amostra dos censos demográficos, bem como das contagens de população.

PRINCIPAIS INDICADORES INVESTIGADOS

- indicadores referentes à estrutura por sexo e idade;
- indicadores relativos à dinâmica demográfica;
- indicadores referentes à distribuição espacial da população; e
- Indicadores referentes à área socio-econômica, tais como: nível educacional das pessoas e dos responsáveis pelos domicílios, estrutura domiciliar e familiar e características econômicas das pessoas de 10 anos ou mais e dos responsáveis pelos domicílios.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Municípios.

PERIODICIDADE

Após a divulgação dos resultados definitivos dos censos e contagens da população.

METODOLOGIA

Obtenção de indicadores demográficos e sócio-econômicos de forma direta que utilizam informações provenientes de quesitos investigados nos Censos Demográficos, para distintos níveis de agregação e em diferentes momentos no tempo.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

A divulgação das tendências demográficas vêm sendo realizada pelo IBGE desde 1991.

11. TÁBUA COMPLETA DE MORTALIDADE DO BRASIL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

A Tábua de Mortalidade é um modelo demográfico que descreve os riscos de morte em função das idades exatas. A Tábua Abreviada de Mortalidade contempla as faixas de idade "0", "1-4", "5-9", "10-14", "75-79" e "80 ou mais".

Por sua vez, a Tábua Completa de Mortalidade permite acompanhar a incidência da mortalidade ao longo de todas as idades. Destaca-se que, neste modelo, deriva-se o indicador sintético da mortalidade que é a esperança ou expectativa de vida às idades exatas, particularmente, a esperança de vida ao nascer.

Atividade Prevista

- Abertura das Tábuas Abreviadas de Mortalidade em Tábuas Completas de Mortalidade , referentes a ambos os sexos, homens e mulheres.

PRINCIPAIS INDICADORES INVESTIGADOS

- Probabilidade de morte entre duas idades exatas
- Taxa de mortalidade infantil ou probabilidade de um recém nascido falecer antes de completar o primeiro ano de vida
- Esperança ou expectativa de vida às idades exatas
- Esperança ou expectativa de vida ao nascimento.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, sendo a divulgação Brasil, para ambos os sexos, obrigatória em cumprimento ao art. 2º do Decreto Presidencial nº 3.266, de 29 de novembro de 1999.

PERIODICIDADE

Anual.

METODOLOGIA

Para a construção de uma tábua de vida para um determinado ano, necessita-se dos óbitos classificados por idade e a população respectiva daquele ano. O quociente dos óbitos por idade ou grupos de idade e a respectiva população em 1º de julho fornece as taxas centrais de mortalidade. Estas taxas são, através de metodologia apropriada, transformadas em probabilidades de morte. Estas probabilidades são aplicadas a uma coorte hipotética, normalmente iniciada com 100.000 nascidos vivos. Os óbitos por idade e conseqüentemente os sobreviventes serão o resultado deste produto. Estes sobreviventes fornecerão subsídios para o cálculo do tempo vivido, em anos, para os indivíduos entre duas idades exatas. O quociente da acumulação deste tempo desde a idade inicial e os sobreviventes nas idades iniciais fornece a expectativa de vida em uma idade exata qualquer.

12. SISTEMA DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

O Sistema de Informações e Indicadores Culturais tem como objetivo o desenvolvimento de uma matriz de indicadores culturais, com dados permanentemente atualizados e consistentes, servindo como base para a formulação de políticas em diferentes esferas da gestão pública e também como fonte de informação consolidada para os usuários em geral.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e, para alguns aspectos, Regiões Metropolitanas.

PERIODICIDADE

Não definida.

METODOLOGIA

Construção de um sistema nacional de informações e indicadores culturais com permanência, abrangência e que sirva aos mais diversos agentes públicos e privados que encontrem na cultura brasileira a sua fonte de atividade ou preocupação. Os principais dados utilizados são provenientes do Censo Demográfico, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, da Pesquisa sobre Padrões de Vida, da Pesquisa sobre Economia Informal, da Pesquisa sobre Orçamentos Familiares, da Pesquisa Mensal de Emprego, da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, das Estatísticas do Cadastro Central de Empresas, das Pesquisas Estruturais (Pesquisa Anual do Comércio, a Pesquisa Anual de Serviços, a

Pesquisa Industrial Anual-Empresa), Suplemento de produtos da Pesquisa Anual de Serviços e da Pesquisa Industrial Anual-Produto.

FORMA DE DIVULGAÇÃO

Os dados são divulgados em uma publicação com CD-ROM com apresentação de textos analíticos, indicadores, taxas, distribuições percentuais sob a forma de cartogramas, gráficos, quadros e tabelas sobre os temas abordados.

DATA EM QUE SE INICIOU O PROJETO

2004.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA E DATA DE DIVULGAÇÃO :

Ano N com divulgação no ano N+3.

COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO - COSEC

1. PESQUISA ANUAL DE COMÉRCIO - PAC

1.1 - OBJETIVO

A Pesquisa Anual de Comércio - PAC tem por objetivo identificar as características estruturais básicas da atividade de comércio e suas transformações no tempo. Para tanto pretende-se:

- Construir um sistema de informações econômicas que permita a comparabilidade nos vários segmentos pesquisados, extraindo das empresas informações necessárias às estimativas do valor adicionado, emprego, salários e formação de capital;
- Retratar o desempenho do comércio através de informações que permitam compor indicadores sobre atividade da empresa comercial (faturamento médio, margem de comercialização, giro dos estoques, etc.);
- Dimensionar a distribuição regional da atividade comercial no território nacional, fornecendo estimativas básicas, segundo classes de atividades econômicas selecionadas, para as Unidades da Federação; e
- Fornecer as informações necessárias ao tratamento da atividade comercial no Sistema de Contas Nacionais.

1.2 - METODOLOGIA

1.2.1 - Âmbito da Pesquisa

A PAC investiga as empresas juridicamente constituídas, isto é, registradas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) e que foram classificadas como comerciais pela predominância de receita, segundo o Cadastro Central de Empresas do IBGE - CEMPRE. Define-se como empresa comercial aquela cuja predominância de receita bruta provenha da atividade comercial, entendida como compra para revenda, sem transformações significativas, de bens novos e usados, resíduos industriais e sucatas de quaisquer materiais.

1.2.2 - Abrangência Geográfica da Pesquisa

A PAC estima totais populacionais referentes às variáveis investigadas no nível Brasil e Unidades da Federação, sendo que para as UFs da Região Norte (RO, AC, AM, RR, PA, AP e TO) são investigadas somente as empresas do município da capital. Vale notar que a pesquisa não foi construída com a finalidade de fornecer resultados em níveis de desagregação geográfica inferiores aos de Unidades da Federação.

1.2.3 - Unidade de Investigação

A PAC adota a empresa como unidade de investigação, pois considera-se que esta dispõe dos registros contábeis e econômico-financeiros mais adequados aos objetivos da pesquisa. A empresa é a unidade jurídica caracterizada por uma firma ou razão social que engloba um conjunto de atividades econômicas, exercidas em uma ou mais unidades locais (endereços de atuação da empresa) e responde pelo capital investido nestas atividades. Por unidade local entende-se o espaço físico que ocupa geralmente uma área contínua, na qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo, na maioria das vezes, a cada endereço de atuação da empresa.

A empresa investigada na PAC pode ser de dois tipos:

- Simples - definida como aquela que desenvolve unicamente a atividade comercial; e
- Mista - definida como aquela que, além da atividade comercial, desenvolve de forma secundária outras atividades, tais como : indústria, serviços, transportes, etc.

1.2.4 - Classificação de Atividades

A classificação de atividades tem por objetivo organizar as informações das unidades produtivas, a partir de ordenamento que permita identificar os segmentos relativamente homogêneos no que se refere a tecnologia, mercado e/ou organização da produção. A classificação de atividades constitui-se um instrumento essencial para assegurar a integração entre a coleta, a apresentação e análise dos dados, permitindo, através de uma linguagem comum, comparações das estatísticas no tempo, bem como comparações internacionais. A classificação adotada pela PAC é a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, editada pelo IBGE em dezembro de 1994.

1.2.5 - Cadastro de Seleção

O cadastro de seleção da pesquisa é constituído pelas empresas classificadas como comerciais, segundo a CNAE, pertencentes ao âmbito da pesquisa, e derivado do Cadastro Central de Empresas do IBGE - CEMPRE, que é atualizado anualmente pela Relação Anual de Informações Sociais - RAIS do Ministério da Fazenda, e que incorpora também as informações cadastrais da pesquisa anterior. A partir desse cadastro, seleciona-se a amostra de empresas a ser pesquisada pela PAC, formando, assim, o Cadastro de Informantes da pesquisa.

1.2.6 - Amostra

A empresa é a unidade de investigação da PAC, sendo também a unidade amostral, isto é, a unidade utilizada para seleção e expansão da amostra. O objetivo contemplado no desenho da amostra da PAC é a obtenção de estimativas de totais populacionais referentes às variáveis investigadas por Unidade da Federação, segundo os níveis de classificação de atividades. A amostra da PAC é composta por dois estratos (gerencial e amostrado) em cada cruzamento UF x Atividade. No estrato gerencial, denominado estrato certo, todas as empresas foram incluídas com certeza na amostra. Para fazer parte deste estrato, uma empresa deveria satisfazer a pelo menos um dos seguintes critérios:

- possuir 20 ou mais pessoas ocupadas, segundo o Cadastro Central de Empresas do IBGE - CEMPRE; e/ou
- possuir Unidades Locais em mais de uma UF.

O estrato amostrado de cada cruzamento UF x Atividade é denominado estrato natural e, para cada um destes, amostras independentes são dimensionadas e selecionadas.

Do total de aproximadamente 1.600.000 empresas comerciais que compõem o cadastro base da PAC, é selecionada uma amostra em torno de 47.000 empresas, sendo que, destas, cerca de 32.000 pertencem ao estrato certo.

1.2.7 - Questionários Aplicados

- Questionário Completo - aplicado às empresas do estrato certo;
- Questionário Simplificado - aplicado às empresas do estrato amostrado.

1.3 - PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

- pessoal ocupado;
- salários, retiradas e outras remunerações;
- demonstrativo da receita;
- receitas líquidas de revenda;
- destino das vendas;
- compras;
- estoques;
- custo das mercadorias;
- gastos com pessoal;
- despesas do ano;
- despesas financeiras;
- aquisições e baixas de ativos tangíveis ;
- dados de regionalização; e
- margem de comercialização.

1.4 - DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

A Pesquisa Anual de Comércio - PAC foi implantada em 1988 com o objetivo de suprir a carência de informações sobre o setor comercial nos períodos intercensitários, uma vez que o último Censo Econômico foi realizado em 1985. A PAC até 1990 buscava representar um universo estimado de 800 mil empresas, sendo um levantamento por amostragem, que investigava cerca de 60 mil empresas, representativa de todas as Unidades da Federação e Grupos de atividades econômicas.

Em função de problemas de ordem orçamentária, a pesquisa não foi realizada em 1991, sendo retomada em 1992 em um formato bastante reduzido, que permaneceu até 1995. A definição desse novo formato foi feita com base em vários estudos nos quais definiu-se a alternativa que implicava a retirada das micros e pequenas empresas da amostra, investigando-se apenas as maiores empresas comerciais, entendidas como aquelas que no esquema anterior preenchiam os questionários Completo e Líderes. Essas empresas representavam cerca de 80 % da Receita Total, 60 % dos Salários e 50 % do Pessoal Ocupado; esse fato, ainda que em menor medida, reproduzia-se em geral quando examinados os dados desagregados por atividades e Unidades da Federação. Em 1996, a pesquisa passou por um processo de reformulação, buscando adaptá-la à nova realidade do setor e atender de forma mais satisfatória as demandas dos usuários, retornando assim ao seu projeto original de representar o universo das empresas comerciais, por Unidades da Federação e classificação de atividades.

1.5 - DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

Os resultados do ano N são levantados no ano N+1 e divulgados no primeiro semestre do ano N+2.

2. PESQUISA ANUAL DE SERVIÇOS - PAS

2.1 - OBJETIVO

A Pesquisa Anual de Serviços - PAS tem por objetivo identificar as características estruturais básicas da atividade de serviços e suas transformações no tempo. Para tanto pretende-se:

- Construir um sistema de informações econômicas que permita a comparabilidade nos vários segmentos pesquisados, extraindo das empresas informações necessárias às estimativas do valor adicionado, emprego e salários;
- Construir uma pesquisa contínua, que sirva de base para a elaboração de pesquisas detalhadas sobre segmentos específicos do setor serviços, tais como: transportes, serviços de telecomunicações e audiovisuais, serviços de engenharia, serviços de informática, denominadas "Pesquisas Suplementares"
- Dimensionar a distribuição regional da atividade no território nacional, fornecendo estimativas básicas, segundo classes de atividades econômicas selecionadas, para as Unidades da Federação; e
- Fornecer as informações necessárias ao tratamento do setor serviços e seus segmentos, no Sistema de Contas Nacionais.

2.2 - METODOLOGIA

2.2.1- Âmbito da Pesquisa

A PAS investiga as empresas juridicamente constituídas, isto é, registradas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) e que foram classificadas como prestadoras de serviços, segundo o Cadastro Central de Empresas do IBGE - CEMPRE. Define-se como empresa prestadora de serviços aquela cuja predominância de receita bruta provenha da atividade de serviços, cujo âmbito é descrito abaixo:

- Serviços relacionados com a agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal;
- Intermediários do comércio atacadista;
- Manutenção e reparação de veículos e objetos pessoais e domésticos;
- Serviços de alojamento e alimentação;
- Transportes e atividades auxiliares aos transportes;
- Correio e telecomunicações;
- Serviços auxiliares financeiros, dos seguros e da previdência privada;

- Atividades imobiliárias;
- Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos, objetos pessoais e domésticos;
- Atividades de informática e serviços prestados principalmente às empresas;
- Limpeza urbana e esgoto;
- Atividades recreativas e culturais; e
- Serviços pessoais.

2.2.2 - Âmbito Geográfico das Informações

A PAS estima totais populacionais referentes às variáveis investigadas no nível Brasil e Unidades da Federação, sendo que para as UFs da Região Norte (RO, AC, AM, RR, PA, AP e TO) são investigadas somente as empresas do município da capital. Vale notar que a pesquisa não foi construída com a finalidade de fornecer resultados em níveis de desagregação geográfica inferiores aos de Unidades da Federação.

2.2.3 - Unidade de Investigação

A PAS adota a empresa como unidade de investigação, pois considera-se que esta dispõe dos registros contábeis e econômico-financeiros mais adequados aos objetivos da pesquisa. A empresa é a unidade jurídica caracterizada por uma firma ou razão social que engloba um conjunto de atividades econômicas, exercidas em uma ou mais unidades locais (endereços de atuação da empresa) e responde pelo capital investido nestas atividades.

A empresa investigada na PAS pode ser de dois tipos:

- Simples - definida como aquela que desenvolve unicamente a atividade de serviços; e
- Mista - definida como aquela que, além da atividade de serviços, desenvolve de forma secundária outras atividades, tais como: indústria, comércio, etc.

2.2.4 - Classificação de Atividades

A classificação de atividades tem por objetivo organizar as informações das unidades produtivas, a partir de ordenamento que permita identificar os segmentos relativamente homogêneos no que se refere a tecnologia, mercado e/ou organização da produção. A classificação de atividades constitui-se um instrumento essencial para assegurar a integração entre a coleta, a apresentação e análise dos dados, permitindo, através de uma linguagem comum, comparações das estatísticas no tempo, bem como comparações internacionais. A classificação adotada pela PAS é a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, editada pelo IBGE em dezembro de 1994.

2.2.5 - Cadastro de Seleção

O cadastro de seleção da pesquisa é constituído pelas empresas classificadas como prestadoras de serviço, segundo a CNAE, pertencentes ao âmbito da pesquisa, e derivado do Cadastro Central de Empresas do IBGE - CEMPRE, que é atualizado anualmente pela Relação Anual de Informações Sociais - RAIS do Ministério da Fazenda, e que incorpora também as informações cadastrais da pesquisa anterior. A partir desse cadastro, seleciona-se a amostra de empresas a ser pesquisada pela PAS, formando, assim, o cadastro de informantes da pesquisa.

2.2.6 - Amostra

A empresa é a unidade de investigação da PAS, sendo também a unidade amostral, isto é, a unidade utilizada para seleção e expansão da amostra. O objetivo contemplado no desenho da amostra da PAS é a obtenção de estimativas de totais populacionais referentes às variáveis investigadas por Unidade da Federação, segundo os níveis de classificação de atividades. A amostra da PAS é composta por dois estratos (gerencial e amostrado) em cada cruzamento UF x Atividade. No estrato gerencial, denominado estrato certo, todas as empresas foram incluídas com certeza na amostra. Para fazer parte deste estrato, uma empresa deveria possuir 20 ou mais pessoas ocupadas, segundo o Cadastro Central de Empresas do IBGE.

O estrato amostrado de cada cruzamento UF x Atividade foi denominado estrato natural e, para cada um destes, amostras independentes foram dimensionadas e selecionadas.

Do total de aproximadamente 985.000 empresas do setor serviços que compõem o cadastro base da PAS, é selecionada uma amostra em torno de 60.000 empresas, sendo que, destas, cerca de 30.000 pertencem ao estrato certo.

2.2.7 - Questionário Aplicado

Questionário Único - aplicado em todas as empresas do estrato certo e amostrado.

2.3 - PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

- pessoal ocupado;
- demonstrativo da receita;
- gastos com pessoal;
- custos e despesas; e
- dados de regionalização.

2.4 - DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

Ano de referência 1998.

2.5 - DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

Os resultados do ano N são levantados no ano N+1 e divulgados no primeiro semestre do ano N+2.

3. PESQUISA ANUAL DE SERVIÇOS – PAS - SUPLEMENTO: PRODUTOS E SERVIÇOS

3.1 - OBJETIVO

O Suplemento Produtos e Serviços tem por objetivo estimar a receita operacional líquida e detalhar os produtos da atividade de serviços visando definir as categorias da classificação nacional de bens e serviços no Brasil.

3.2 - METODOLOGIA

3.2.1- Âmbito da Pesquisa

Empresas que atendem aos seguintes requisitos:

- Estar em situação ativa, ocupar 20 ou mais pessoas, segundo o Cadastro Central de Empresas do IBGE e pertencer aos setores de Transporte, Informática, Telecomunicações, Audiovisuais, Serviços de Engenharia e Publicidade.
- estar sujeita ao regime jurídico das entidades empresariais, excluindo-se, portanto, Órgãos da Administração Pública Direta e Instituições Privadas sem fins lucrativos;

3.2.2 - Âmbito Geográfico das Informações

Todo o Território Nacional, sendo que para as UFs da Região Norte (RO, AC, AM, RR, AP e TO) são investigadas somente as empresas do município da capital, com exceção do Estado do Pará onde são consideradas aquelas sediadas na Região Metropolitana de Belém.

3.2.3 - Unidade de Investigação

A unidade de investigação dos Suplementos de Produtos da PAS é a mesma usada para a coleta das informações do questionário principal, ou seja, a empresa, definida como unidade jurídica caracterizada por uma firma ou razão social, que engloba o conjunto de atividades econômicas exercidas em uma ou mais unidades locais.

3.2.4 - Classificação de Atividades

A classificação de atividades tem por objetivo organizar as informações das unidades produtivas, a partir de ordenamento que permita identificar os segmentos relativamente homogêneos no que se refere a tecnologia, mercado e/ou organização da produção. A classificação de atividades constitui-se um instrumento essencial para assegurar a integração entre a coleta, a apresentação e análise dos dados, permitindo, através de uma linguagem comum, comparações das estatísticas no tempo, bem como comparações internacionais. A classificação adotada é a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, editada pelo IBGE em dezembro de 1994.

3.2.5 - Cadastro de Seleção

O cadastro de informantes dos Suplementos de Produtos da PAS foi construído com base no Cadastro Central de Empresas - CEMPRE - atualizado pela Relação Anual de Informações Sociais - RAIS - mais atual, disponível na ocasião, pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, e também pelas informações das pesquisas econômicas anuais do IBGE, sendo composto por todas as empresas do âmbito da pesquisa. Esse cadastro coincide com as empresas do estrato certo da Pesquisa Anual de Serviços.

3.3 - PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

Produtos e Serviços dos setores:

- Transporte;
- Informática;
- Telecomunicações;
- Audiovisuais;
- Serviços de Engenharia;
- Publicidade e Propaganda.

3.4 DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

Ano de referência 2000.

3.5 - DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

Os resultados do ano N são levantados no ano N+1 e divulgados no primeiro semestre do ano N+2.

4. PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO - PMC

4.1 - OBJETIVO

A Pesquisa Mensal de Comércio - PMC tem como objetivo acompanhar o comportamento conjuntural dos principais segmentos do comércio varejista. Neste sentido, a pesquisa se propõe calcular contínua e sistematicamente indicadores de evolução da receita bruta de revenda das empresas formalizadas, dedicadas ao comércio varejista.

4.2 METODOLOGIA

4.2.1 - Âmbito da Pesquisa

O âmbito da PMC inclui as empresas que estavam em situação ativa na Pesquisa Anual de Comércio - PAC 2001 do IBGE, possuíam 20 ou mais pessoas ocupadas em 31 de dezembro na PAC, estavam sediadas no território nacional e, em particular, para as unidades da federação da Região Norte (RO, AC, AM, RR, PA, AP e TO) estar sediada nos municípios das capitais e estavam classificadas na PAC como

empresa comercial, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE e ter como atividade principal uma das classificações:

1. Combustíveis e lubrificantes automotivos;
2. Supermercados, hipermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo;
3. Tecidos, vestuários e calçados;
4. Móveis e eletrodomésticos;
5. Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos;
6. Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação;
7. Livros, jornais, revistas e papelaria;
8. Outros artigos de uso pessoal e doméstico;
9. Veículos, motocicletas, partes e peças;
10. Atacado e varejo de material de construção.

Para todos os segmentos descritos são produzidos indicadores para o Brasil e para as Unidades da Federação do Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal. Para as demais Unidades da Federação são produzidos indicadores gerais do comércio varejista.

3.2.2 - Abrangência Geográfica da Pesquisa

A pesquisa é realizada em todas as Unidades da Federação.

3.2.3 - Unidade de Investigação

A Pesquisa Mensal de Comércio - PMC adota a empresa como unidade de investigação.

4.2.4 - Amostra

O objetivo contemplado no desenho da amostra é a obtenção de estimativa mensal do total da variável receita bruta de revenda por Unidade da Federação e por atividade PMC, que são utilizados para construir os indicadores da pesquisa que são divulgados mensalmente.

Com base na PAC 2001 foram selecionadas cerca de 9000 empresas distribuídas nas 27 Unidades da Federação.

O plano amostral que foi adotado divide o cadastro da PMC (empresas comerciais varejistas com atividades no âmbito da PMC com 20 ou mais pessoas) em três estratos:

Gerencial (G) → É o estrato composto pelas empresas que atuam em mais de uma UF;

Certo (C) → É o estrato composto por grandes empresas, definidas segundo um critério estatístico na variável pessoal ocupado, por UF x Atividade, que atuam em apenas uma UF;

Amostrado (A) → É o estrato composto pelas empresas não consideradas grandes que atuam em uma única UF.

4.2.5 - Variável Investigada

Receita bruta de revenda.

4.2.6 - Índices Produzidos

4.2.6.1 Nominal e volume do comércio varejista

Inclui as atividades numeradas de 1 a 8 conforme apresentado acima

- Base fixa;
- Mensal (mês = mês do ano anterior);
- Acumulado no ano;
- Acumulado nos últimos 12 meses.

4.2.6.2 Nominal e volume do comércio varejista ampliado

Inclui as atividades numeradas de 1 a 10 conforme apresentado acima.

- Base fixa;
- Mensal (mês = mês do ano anterior);
- Acumulado no ano;
- Acumulado nos últimos 12 meses.

4.3 - DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

A Pesquisa Mensal de Comércio - PMC foi implantada em janeiro de 1995 na Região Metropolitana do Rio de Janeiro tendo como unidade de investigação a Unidade Local. Em janeiro de 1997 a pesquisa se estendeu para a Região Metropolitana de Recife e em setembro de 1997 para a Região Metropolitana de Salvador. Estas séries de indicadores foram encerradas em dezembro de 2000. Uma nova série, agora com abrangência nacional, se iniciou em janeiro de 2000 com base 2000=100. Em janeiro de 2004 o IBGE atualizou a base para 2003 =100 conforme a metodologia descrita neste documento.

4.4 - DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

Os resultados do mês M são levantados no mês M+1 e divulgados na primeira quinzena do mês M+2.

COORDENAÇÃO DE TRABALHO E RENDIMENTO - COREN

1. PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - PNAD

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Sistema de pesquisas por amostra de domicílios, de âmbito nacional e periodicidade anual, criado com a finalidade de produzir informações para o planejamento e estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

A PNAD foi definida para atender múltiplos propósitos, abrangendo as áreas demográficas, de saúde, consumo alimentar e nutrição, condições de habitação e equipamentos domésticos, educação e cultura, e nível econômico do domicílio. Considerando a impossibilidade de investigar continuamente todos os temas contidos nestas áreas ou mesmo esgotar qualquer um deles, a PNAD foi estruturada como um sistema constituído por uma Pesquisa Básica, Pesquisas Suplementares e Pesquisas Especiais.

A Pesquisa Básica da PNAD destina-se a investigar, de forma contínua, os temas definidos como mais importantes para medir o nível e acompanhar a evolução socioeconômica da população do País.

As Pesquisas Suplementares destinam-se a aprofundar os temas permanentes e investigar outros assuntos de interesse que se interliguem com a Pesquisa Básica.

As Pesquisas Especiais destinam-se a tratar de assuntos de maior complexidade, que exigem tratamento à parte da Pesquisa Básica, podendo até requerer um esquema de amostragem distinto.

Desde o seu início, os temas eleitos para serem pesquisados, através da Pesquisa Básica, foram habitação e trabalho, associados a algumas características demográficas, educacionais e de rendimento. Eventualmente, outros assuntos foram agregados à Pesquisa Básica, mas sem adquirir o caráter de permanência. A partir de 1992, os temas suplementares têm sido pesquisados agregados à Pesquisa Básica.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

As principais características investigadas a partir de 1992 foram:

A) Características da habitação

- espécie do domicílio;

Para os domicílios particulares permanentes:

- material das paredes e cobertura do prédio;
- número de cômodos e de dormitórios;
- condição de ocupação e valor do aluguel ou da prestação mensal;
- forma de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- destino do lixo;
- combustível utilizado para cozinhar;
- forma de iluminação;
- existência de linha telefônica; e
- existência de bens duráveis - filtro, fogão, geladeira, freezer, máquina de lavar roupa, rádio e televisão.

A) Características demográficas gerais:

- sexo;
- idade;
- cor ou raça; e
- condição no domicílio e na família;

B) Características de migração:

- naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação;

- Unidade da Federação de nascimento;
- tempo de residência no município e na Unidade da Federação dos migrantes, inclusive os de retorno; e
- Unidade da Federação de residência anterior e há cinco anos da data de referência da pesquisa.

C) Características de fecundidade feminina:

- número de filhos nascidos vivos, por sexo;
- número de filhos nascidos mortos, por sexo;
- número de filhos que estavam vivos, por sexo; e
- data de nascimento e sexo do último filho nascido vivo.

D) Características de educação:

- alfabetização;
- escolarização;
- série e grau freqüentados pelos estudantes; e
- última série concluída, grau correspondente e conclusão do curso para pessoas que não são estudantes.

E) Características de trabalho e rendimento:

- condição de atividade e de ocupação na semana de referência e no período de referência de 365 dias;
- ocupação, atividade, posição na ocupação, categoria do emprego nos trabalhos principal e secundário da semana de referência, no trabalho principal do período de 365 dias ou no último trabalho do período de referência de cinco anos;
- rendimento e horas trabalhadas nos trabalhos principal e secundário e em outros trabalhos da semana de referência;
- contribuição para instituto de previdência nos trabalhos principal e secundário e em outros trabalhos da semana de referência e no trabalho principal dos 365 dias;
- tempo de permanência no trabalho principal da semana de referência e no trabalho principal do período de referência de 365 dias;
- setor do emprego e área do emprego público nos trabalhos principal e secundário da semana de referência e no trabalho principal dos 365 dias;
- tempo gasto do domicílio para o trabalho, local de estabelecimento do empreendimento e número de pessoas ocupadas no empreendimento do trabalho principal da semana de referência;
- relação com o empreendimento dos conta própria e empregadores em atividade agrícola no trabalho principal da semana de referência e no trabalho principal do período de referência de 365 dias;
- forma de remuneração, recebimento de auxílios (alimentação, transporte, educação e saúde) e jornada diurna ou noturna do emprego no trabalho principal da semana de referência;
- associação a sindicato, contribuição para previdência privada e idade com que começou a trabalhar das pessoas ocupadas no período de referência de 365 dias;
- recebimento do seguro-desemprego das pessoas sem trabalho na semana de referência que saíram do último emprego no período de referência de 365 dias;
- condição de aposentado, pensionista e cuidar dos afazeres domésticos, independentemente da condição de atividade; e
- rendimentos não oriundos de trabalho, independentemente da condição de atividade.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Até 2003, a PNAD abrangeu todo o território nacional, com exceção da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. A partir de 2004, esta área rural passou a ser também coberta pela pesquisa.

Os resultados da PNAD são divulgados para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e nove Regiões Metropolitanas (Belém, Recife, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre).

PERIODICIDADE

Anual.

METODOLOGIA

Pesquisa realizada através de uma amostra probabilística de domicílios, selecionada em três estágios: municípios, setores e domicílios.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

1967.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO:

As informações do ano de referência N são levantadas no ano N e divulgadas no segundo semestre do ano N+1.

2. PESQUISA MENSAL DE EMPREGO - PME

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

A Pesquisa Mensal de Emprego – PME, tem como objetivo produzir indicadores mensais sobre a força de trabalho que permitam avaliar as flutuações e a tendência, a médio e a longos prazos, nas suas áreas de abrangência e tem como seu principal usuário o Governo Federal no que tange o planejamento de políticas públicas. Além de estudiosos do mercado de trabalho oriundos de outras esferas do governo, universidades e entidades privadas.

PRINCIPAIS ESTIMATIVAS INVESTIGADAS

Para pessoas ocupadas:

1. gênero;
2. faixa etária;
3. anos de estudo;
4. posição na ocupação e categoria no emprego (setor público e privado);
5. grupamentos de atividades;
6. horas habitualmente e efetivamente trabalhadas
7. rendimento habitualmente e efetivamente recebido
8. números de pessoas no empreendimento
9. procura de trabalho
10. contribuição para previdência
11. prazo do contrato de trabalho (determinado e indeterminado)
12. subocupados por insuficiência de horas trabalhadas
13. ocupadas com rendimento hora inferior ao salário mínimo/hora;

Para pessoas desocupadas:

1. gênero;
2. faixa etária;
3. anos de estudo;
4. existência de trabalho anterior;
5. principal responsável pela família;
6. tempo de procura;

Para as pessoas não economicamente ativas

1. gênero;
2. faixa etária;
3. anos de estudo;
4. desejo e disponibilidade para trabalhar
5. marginalmente ligados a PEA
6. desalentados

Pessoas que saíram do último trabalho no período de 365 dias.

1. gênero;
2. faixa etária;
3. anos de estudo;

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e total destas Regiões.

A partir de março de 1999, implantação na Região Metropolitana de Curitiba, em parceria com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES.

PERIODICIDADE

Mensal.

METODOLOGIA

Pesquisa mensal realizada através de uma amostra probabilística de domicílios, estruturada de forma a garantir a representatividade dos resultados para cada Região Metropolitana investigada. Segue um esquema de rotação das unidades domiciliares da amostra a fim de evitar o cansaço dos informantes. No esquema de rotação adotado, um determinado domicílio permanece na amostra durante quatro meses consecutivos. Após o período de oito meses sem ser pesquisado, o mesmo domicílio volta a fazer parte da amostra por mais quatro meses.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

Janeiro de 1980, entretanto a pesquisa foi submetida a uma revisão completa em 1982, duas parciais de vulto em 1988 e 1993 e novamente, a pesquisa foi submetida a uma revisão completa em 2001. Os dados apresentados a partir de dezembro de 2002 já estão sob a nova metodologia. (para maiores informações da última revisão recomendamos a leitura da Série de Relatórios Metodológicos volume 23 – Pesquisa Mensal de Emprego e da Série Retrospectiva da PME).

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO:

As informações do mês de referência M são levantadas nas 4 semanas seguintes às semanas de referência que compõem o mês da pesquisa e divulgadas 20 dias após o término da coleta.

3. PESQUISA ECONOMIA INFORMAL URBANA - ECINF

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

A pesquisa toma como unidade de investigação os domicílios nas áreas urbanas das Unidades da Federação e levanta, a partir da presença, nestes, de empregadores (com até 5 empregados) e/ou trabalhadores por conta própria, as condições de realização da atividade econômica e o volume de renda e ocupação por ela gerado. Seus objetivos são dimensionar o peso real destas atividades em termos de geração de oportunidades de trabalho e rendimentos; ampliar a base de informações necessárias para o Sistema de Contas Nacionais; subsidiar estudos sobre desigualdade social, principalmente aqueles relacionados às situações de pobreza urbana, e contribuir para a integração conceitual e metodológica das pesquisas domiciliares e não domiciliares do IBGE.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

- a) Características do domicílio
- b) Características dos moradores:
 - sexo, idade, cor

- c) Características das pessoas ocupadas:
- posição na ocupação, rendimento do trabalho, em outubro.
- d) Características individuais dos trabalhadores por conta própria e pequenos empregadores (em qualquer trabalho):
- migração
 - nível de instrução
 - idade que começou a trabalhar
 - características do último trabalho recente
 - trabalho atual: tempo de permanência, motivações e forma de entrada no setor informal
 - características do "outro trabalho" (para quem tem dois trabalhos ou mais)
- e) Características de funcionamento da unidade econômica:
- atividade
 - local de trabalho, ativo imobilizado, investimentos no ano
 - número de horas trabalhadas por semana, número de dias por semana
 - acesso a crédito e financiamentos
 - existência de registros formais
 - número de pessoas ocupadas, em outubro; principais características e remunerações
 - receitas e despesas em outubro.
 -
- f) Avaliação e perspectivas da atividade:
- principais dificuldades que afetaram o desenvolvimento do negócio tais como: falta de clientes, falta de mão-de-obra qualificada e/ou rotatividade, baixo lucro etc.
 - perspectivas para o futuro: expansão, mudança de atividade etc.

PERIODICIDADE

Quinquenal.

METODOLOGIA

Pesquisa realizada através de uma amostra probabilística de domicílios, estruturada de forma a ter representatividade dos resultados para cada Unidade da Federação e Região Metropolitana investigada, considerando como pertencente ao setor informal os trabalhadores por conta própria e pequenos empregadores.

DATA DE INÍCIO DA PESQUISA:

Em agosto de 1994, realizou-se a pesquisa piloto no município do Rio de Janeiro.

Em 1997, implantou-se a pesquisa nas 27 Unidades da Federação.

Em 2003, através de um convênio com o SEBRAE, com a inclusão de um questionário suplementar sobre "Pequenos Empreendimentos", realizou-se novamente a pesquisa.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO:

As informações do ano de referência N são levantadas no ano N+1 e divulgadas no ano N+2.

4. PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES - POF

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Pesquisa domiciliar cujos objetivos são múltiplos.

Destacam-se :

- fornecer informações sobre a composição orçamentária doméstica, a partir da investigação dos hábitos de consumo, da alocação de gastos e da distribuição dos rendimentos segundo

- as características dos domicílios e das pessoas, incluindo medidas antropométricas, bem como sobre a percepção das condições de vida da população brasileira;
- subsidiar políticas públicas relativas a condições de vida, pobreza e nutrição, entre outros a partir das informações sobre as características demográficas e sócioeconômicas da população que qualificam os gastos e recebimentos, variáveis principais do levantamento.
 - atualizar a cesta básica de consumo com vistas à obtenção de estruturas de ponderação para os índices de preços ao consumidor;
 - atualização da parcela de consumo final no cálculo da contabilidade nacional e regional;
 - compor base de dados para a mensuração e análise de pobreza e condições de vida.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS INVESTIGADAS

A) Domiciliares:

- tipo do domicílio;
- condição de ocupação;
- abastecimento de água;
- esgotamento sanitário;
- cômodos; e
- dormitórios.

B) Familiares:

- tamanho da família; e
- bens duráveis.

C) Pessoais:

- relação com o chefe da família;
- idade;
- frequência à escola;
- medidas antropométricas;
- religião ;
- raça e cor;
- nível de instrução;
- sexo.

D) Orçamentárias:

- despesa global;
- despesa corrente;
- despesa de consumo;
- aumento do ativo;
- diminuição do passivo;
- local de compra;
- forma de obtenção;
- recebimento total;
- rendimento total;
- transferências;
- rendimento do aluguel;
- aluguel imputado;
- outros recebimentos.

E) Gastos não monetários.

F) Avaliação subjetiva das famílias sobre suas condições de vida.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Até 1996 : Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além do Distrito Federal e do município de Goiânia. Os resultados da POF são divulgados para Regiões Metropolitanas e Municípios sedes dessas Regiões, exceto Belém.

A partir da pesquisa realizada em 2002 : A POF, é nacional, fornecendo resultados para Brasil (urbano, rural e total), Grandes Regiões (urbano, rural e total), Estados (urbano e total), Regiões Metropolitanas pesquisadas até 1996 e municípios das capitais – áreas urbanas.

PERIODICIDADE

Quinquenal e o IBGE está iniciando estudos para redução do intervalo de tempo entre as realizações da pesquisa.

METODOLOGIA

Pesquisa domiciliar amostral realizada pelas Unidades Estaduais do IBGE através da aplicação de questionários sob a forma de entrevista e de registro diário pelo informante.

O plano amostral adotado utilizou um desenho com estágios de seleção, setores e domicílios, e com estratificação das unidades do primeiro estágio de seleção. As unidades do segundo estágio foram selecionadas sem reposição e com equiprobabilidade.

DATA EM QUE SE INICIOU A PESQUISA

A primeira pesquisa foi realizada entre março de 1987 e fevereiro de 1988, e a segunda pesquisa foi realizada entre outubro de 1995 e setembro de 1996. A terceira pesquisa foi realizada entre julho de 2002 e junho de 2003.

DATA DE REFERÊNCIA DA PESQUISA X DATA DE DIVULGAÇÃO

A pesquisa de 2002-2003 teve seus resultados divulgados a partir do primeiro semestre de 2004.

5. SISTEMA INTEGRADO DE PESQUISAS DOMICILIARES – SIPD

O projeto Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – SIPD, que tem como objetivo integrar as pesquisas domiciliares já existentes (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, Pesquisa Mensal de Emprego – PME, Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, Pesquisa de Economia Informal Urbana – ECINF) e atender a demandas já identificadas e ainda não atendidas. Para tanto, estão sendo desenvolvidos estudos de métodos estatísticos para o desenho de uma amostra mestra para o sistema e discussões sobre o conteúdo temático das investigações e sobre os demais aspectos necessários para a definição de um sistema integrado de pesquisas domiciliares por amostragem.